



Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

THABYTA GIRALDELLI MARSULO

**O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DO
LIVRO E DA LEITURA (PNLL)**

Orientadora: Angela Maria Grossi
Área de Concentração: Informação,
Tecnologia e Conhecimento
Linha de Pesquisa: Informação e
Tecnologia
Bolsista: CAPES

Marília-SP
Maio 2016



**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

THABYTA GIRALDELLI MARSULO

**O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DO
LIVRO E DA LEITURA (PNLL)**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Departamento, Programa de Pós em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, como requisito para obtenção do título, Mestre em Ciência da Informação. Exemplar apresentado para exame de qualificação.

**Linha de pesquisa: Informação e
Tecnologia
Orientadora: Dr^a Angela Maria Grossi
Bolsa: Capes**

Marília
2016

Marsulo,Thabyta Girdelli.

M363t O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas : uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). / Thabyta Girdelli Marsulo. – Marília, 2016.

102f. ; 30 cm

Dissertação de (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, 2016.

Orientadora: Ângela Maria Grossi de Carvalho

1. Políticas públicas de informação. 2. Plano Nacional do Livro e da Leitura 3. Informação e tecnologia. I. Autor. II. Título.

CDD 004.67

THABYTA GIRALDELLI MARSULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP, campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Angela Maria Grossi

Linha de pesquisa: Informação e Tecnologia

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Angela Maria Grossi
Prof^a do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Marília)

Oswaldo de Almeida Júnior
Prof. do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Marília)

Zaira Regina Zafalon
Prof^a do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)

Local: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências –
Campus de Marília

Data: 13/05/2016

Marília
2016

AGRADECIMENTOS

No caminho de realização mestrado, passei por diversos desafios profissionais e pessoais, praticamente vivi a bordo de um inesperado carrinho de montanha russa, onde não sabia qual seria o impacto da próxima curva, hoje felizmente posso dizer que desembarco deste carrinho mais forte e mais determinada, no âmbito pessoal levo como principal aprendizado que nem sempre o caminho mais fácil nos leva até onde queremos chegar, é preciso sair da sua zona de conforto para descobrir que realmente é, na perspectiva profissional pude compreender com mais afinco o valor do profissional da informação perante a sociedade, desbravei um novo campo dentro da área em que me formei e assim pude complementar minha formação de bibliotecária me tornando como cito em meu texto a profissional transdisciplinar que a sociedade da informação necessita, me tornando primeiramente uma cidadã ciente dos meus deveres, portanto espero que a cada um que leia esse texto eu possa acender uma chama de esperança e mudança para que no futuro exista mais transparência informacional e o acesso a informação chegue aos mais distantes.

Assim agradeço a cada um que ao passar por meu caminho deixou um pouco de si, transformando aquilo que era, para que então hoje me encontre como sou, porém irei me dedicar a agradecer especialmente a minha orientadora, professora Ângela Maria Grossi, por sempre acreditar em minha capacidade, muitas vezes quando eu mesma não confiava por me instruir nesses 26 meses de caminhada, sempre com competência, sem deixar o afeto e a consideração de lado e, principalmente, por despertar em mim um lado crítico, através do exemplo de profissional engajada que desempenha com destreza.

Agradeço com veemência também a minha família, pelo apoio em mais esse momento, onde muitas vezes tive de estar distante, agradeço aos meus pais pela presença constante em todas as fases de desenvolvimento deste trabalho, por vibrarem comigo a cada conquista e por me aparem a cada decepção, a minha avó Geny por sempre saber o que dizer para me aparem me voltando palavras de sabedoria e afeto e por todas as orações que me sempre dedicou, ao meu avô Eduardo (in memoriam) eu agradeço por me ensinar tanto não por palavras e sim por ações, nunca imaginei que o silêncio tinha tanto a ensinar e neste caso eu agradeço especialmente pela convivência e alegria que me proporcionou até os últimos dias em terra, agradeço também ao meu irmão e minha cunhada por sempre me acolherem de

volta a casa dos meus pais com tanta alegria e carinho e não estaria sendo justa se não agradecesse dentro a minha família, meu companheiro, meu filhinho de quatro patas e olhos azuis Stitch que acompanhou fielmente a elaboração de cada página aqui contida, entre sonecas e bocejos, porém sempre esquentando meu colo com carinho e afeto.

Agradeço a **Capes** pelo financiamento da pesquisa e ao Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (**GP-nti**) pelas oportunidades de crescimento, por me proporcionar experiências jamais esquecidas, pela convivência com os mais renomados nomes da área e principalmente pelos colegas pós-graduandos que partilham comigo as aflições e alegrias da vida acadêmica.

Agradeço minha analista, Lígia, por ser mais que uma profissional competente e humana, capaz que auxiliar em todos os momentos, agradeço principalmente pela parceria que formamos nos últimos anos, pelo crescimento pessoal e interior que adquirimos juntas.

Agradeço aos amigos e pessoas queridas que enriqueceram cada um à sua maneira os momentos que passamos juntos, formando a família que escolhi, de maneira especial a Jéssica, por ser minha parceira em todas as empreitadas, por saber me trazer de volta ao chão quando necessário e por me deixar voar quando era seguro, ao Guelherme, Evandro e a Carol tornarem qualquer programa memorável independente dos recursos disponíveis, ao meu Dr., irmão e amigo confidente Guilherme, por todas as assistências médicas e emocionais, agradeço também com carinho ao Daniel que acompanhou boa parte da execução deste trabalho e pelos momentos especiais que dividimos.

Agradeço a professora Doutora Silvana Vidotti, por toda a base científica que me proporcionou na graduação e também no mestrado;

Agradeço enfim a UNESP, principalmente a FFC que solidificou meu crescimento profissional durante os últimos sete anos, se parto a uma nova jornada a partir de hoje é porque compreendi e me vali imensamente às oportunidades advindas dessa instituição.

Dedico este trabalho e todas as conquistas advindas deste ao meu avô Eduardo Girdelli, (in memorian), que sempre me incentivou a seguir meus sonhos.

A nova fonte de poder não é o dinheiro nas mãos de poucos, mas informação nas mãos de muitos.

John Naisbitt

MARSULO, T. M. **O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

RESUMO

Considerando a Ciência da Informação um campo interdisciplinar buscamos enlaçar seus pressupostos teóricos aos do campo das políticas públicas em especial no contexto do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Com o objetivo de destacar as habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o ciclo de vida e o desenvolvimento de políticas públicas visando alavancar as transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação, visamos elencar elementos reguladores da sociedade contemporânea, no âmbito da sociedade da informação e, principalmente, neste universo governamental. O estudo apresenta por meio de uma metodologia quali – quanti exploratória com características de pesquisa aplicada baseada em análise qualitativa, conseguimos explorar a necessidade do profissional da informação focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social. Nos interessamos pelas investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para a validação das teorias propostas, a compreensão dos sujeitos sociais no processo de atuação do profissional da informação no âmbito das políticas públicas, através da conexão do percurso histórico da ciência da informação e seus profissionais e o cenário político nacional, reforçando a importância do envolvimento do profissionais da ciência da informação na elaboração destas políticas. A posição social do profissional da informação fica explicitada na análise crítica do histórico de iniciativas do governo brasileiro das políticas de informação estabelecidas entre 1990 – 2012, no âmbito do livro, leitura e bibliotecas e como estes afetam sobremaneira o comportamento dos indivíduos e contribuem com as modificações na forma de ser e de pensar da humanidade na Sociedade da Informação, com foco na análise do ciclo de vida e elaboração do Plano Nacional do Livro e da Leitura do governo federal visando destacar a importância da ação do profissional da informação e suas habilidades mediadoras no processo de formulação e avaliação de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas de informação e tecnologia. Profissional da informação. Avaliação de políticas públicas. Tecnologias de informação e comunicação.

ABSTRACT

Considering the information science an interdisciplinary field seek to ensnare the assumptions to the field of public policies especially in the context of the National Book and Reading Plan (PNLL). In order to highlight the specific skills of information professionals on the life cycle and the development of public policies to leverage the changes brought about by information and communication technologies, we aim to list regulatory elements of contemporary society in the framework of the information society and especially this government universe. The study presents through an exploratory and bibliographical qualitative methodology fundamental research characteristics and applied based on qualitative analysis, we explore the need for the information professional focus their training on transdisciplinarity, allowing your skills are leveraged to meet a certain social demand. We care for the investigations of the theoretical and methodological field of Information Science that contribute to the validation of the proposed theories, understanding of social subjects in the information professional practice process within public policies through the historic route connecting science information and its professionals and the national political scene, reinforcing the importance of the involvement of professionals in information science preparation of these policies .A social position of the information professional is explicit in the critical analysis of the Brazilian government initiatives history of established information policies being 1990 - 2012, in the book, reading and libraries and how these greatly affect the behavior of individuals and contribute to the changes in the way of being and thinking of humanity in the Information Society, with analysis focus of the life cycle and development National Book and Reading Plan of the federal government to highlight the importance of the professional action of information and their mediating skills in the formulation and evaluation of public policies.

Keywords: Public Policies of information and technology. Professional information. Public policy evaluation. Information technology and communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação estrutural das redes sociais.....	35
Figura 2 – Esquematização da definição de problema público.....	48
Figura 3 – Sistematização de Easton sobre sistema político.....	54
Figura 4 – Categorização dos setores políticos	61
Figura 5 – Representação do ciclo de políticas públicas.....	62
Figura 6 – Os três fluxos do processo decisório e a entrada de temas na agenda do governo	65
Figura 7 – Representação da atividade do profissional da informação no ciclo da política pública.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento de políticas de informação abordados em artigos do campo da ciência da informação nos domínios da Ciência da Informação nos domínios Brapci, Scielo em janeiro 2016.....	25
Quadro 2: As principais políticas informação de informação geradas entre os governos de 1992 a 2012	74
Quadro 3: Esquematização da combinação das fases do ciclo de políticas públicas que nela se encaixam	81

LISTA DE SIGLAS

Brapci – Base de dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBN – Cadastro Nacional de Bibliotecas

CI – Ciência da Informação

CSLLL – Camara Setorial do Livro, Literatura e Leitura

EUA – Estados Unidos da América

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

GP-NTI – Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PELL- Plano Estadual do Livro e da Leitura

PIS- Programa de Integração Social

PMLL – Plano Municipal do Livro e da Leitura

PNBE- Programa Nacional da Biblioteca na Escola

PNC – Plano Nacional da Cultura

PNLL- Plano Nacional do Livro e da Leitura

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONAC – Programa Nacional de Apoio a Cultura

SLL – Secretaria do Livro e da Leitura

SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

TE – Teoria do Estado

TIC- Tecnologias da Informação e comunicação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESP – Universidade Estadual Paulista

WWW – *World Wide Web*

Sumário

1 Introdução	14
1.1 Problema	18
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Geral.....	19
1.2.2 Específicos	19
1.3 Justificativa	20
1.4 Metodologia	23
2 Ciência da Informação e seu profissional	27
2.1 Histórico da Ciência da Informação	27
2.1.1 As contribuições da Documentação	29
2.1.2 As contribuições da Biblioteconomia	30
2.1.3 Vannevar Bush e o advento da Ciência da Informação	33
2.2 Uma Ciência Social Aplicada	35
2.3 O profissional da Informação	37
3 A ciência política e seu enlace histórico no estudo das políticas públicas	39
3.1 As políticas e suas veias históricas	39
3.2. Políticas sociais	45
3.3 A Política Pública	46
3.3.1 discutindo e definindo conceitos: afinal o que é e de onde veio a política pública.....	47
3.3.2 Os quatro fundadores e suas contribuições ao campo de estudo	50
3.3.3 Tipos de Políticas Públicas	54
3.3.4 Formulação de políticas públicas e suas variáveis – processos, atores e papéis.....	57
3.4.5 Ciclo de políticas públicas.....	62
4 Análise do plano Nacional do Livro e da Leitura	70
4.1 O livro e a biblioteca no Brasil	70
4.2 Iniciativas brasileiro – Caminho até a formulação do Plano Nacional do Livro e da Leitura	73

4.3 Avaliação do ciclo de vida do Plano Nacional do Livro e da Leitura.....	78
5 Contribuições do profissional da informação das políticas públicas	83
5.1 4 Balanço final das ações do PNLL no território nacional.....	83
5.2 Função críticas do profissional da informação.....	86
5.2 O profissional da informação no contexto do ciclo políticas públicas	87
6 Considerações Finais	94
Referências	96

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a estruturação, representação, organização, disseminação e uso de conteúdos informacionais acompanha o desenvolvimento cultural da humanidade há séculos. Contudo, é na contemporaneidade, com a ruptura das barreiras de tempo e espaço propiciadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que essa preocupação adquire importância ainda maior, principalmente, depois do aparecimento da Internet e do ambiente World Wide Web (WWW ou Web).

Essas tecnologias, cujas interfaces computacionais interferem nos modos de produzir e acessar informação propiciando o surgimento de um novo sistema híbrido, em que homens e máquinas, pelas suas formas de interação, modificam, o fluxo informacional aumentando-o exponencialmente, tornam prementes ações que favorecem o efetivo acesso à informação e ao conhecimento, bens indispensáveis para o desenvolvimento global da humanidade.

A sociedade da informação¹ abarca ferramentas e oportunidades que as tecnologias vem proporcionando as pessoas nos últimos anos, colocando à disposição uma grande quantidade de informações e múltiplas formas de acesso a elas, baseando-se no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre, sem restrições de espaço e tempo, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum. Assim a população passa a ter mais poder diante da reivindicação de seus direitos, uma vez que, a informação e o conhecimento, matérias-primas indispensáveis para a construção da nova sociedade (SEBASTIÁN; FLORES, 2004).

A expressão "sociedade da informação" deve ser entendida como abreviação de um aspecto da sociedade: o da presença cada vez mais acentuada das novas tecnologias da informação e da comunicação. Serve para chamar a atenção a este aspecto importante. Não serve

¹ Neste texto apresentaremos o termo sociedade da informação de duas formas, quando apresentado em caixa alta (Sociedade da Informação) estará se referindo ao Programa Brasileiro Sociedade da Informação concebido a partir de um estudo produzido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo propósito é o de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira. Já o termo em letras minúsculas se refere ao contexto da ciência da informação e sociedade contemporânea.

para caracterizar a sociedade em seus aspectos relacionais mais fundamentais.(ASMANN,2000, p. 9)

Neste contexto podemos justificar a escolha da terminologia sociedade da Informação, segundo as explicações de Castells (1999) que visam destacar que apesar de o conhecimento , ou seja a informação agregada de valor individual, tenha se transformado em um fator de destaque na sociedade atual , tal nomenclatura se atrela a uma organização social mais voltada a visão de exercício do poder , uma vez que a geração , o processamento e a transmissão de informações se tornaram as principais fontes de poder, por estarem extremamente ligadas as ferramentas tecnológicas.

Portanto a mudança no modo como as pessoas se relacionam com a informação e seu impacto na sociedade se baseia na essência da Internet: sua dinâmica e sua capacidade de extinção das fronteiras para possibilitar o acesso global a diversos tipos de informação e onde encontrar a informação relevante é fundamental para que a mesma possa ser utilizada. “Nesta Sociedade da Informação em que vivemos as maiores dificuldades não estão relacionadas com a obtenção de informação, mas em saber integrá-las e analisá-las criticamente” (SANTOMÉ, 1998, p. 124)

Com o apoio das TIC é possível criar sistemas e serviços avançados de informação e de prevenção de riscos sobre o meio ambiente como alerta e suporte às políticas públicas, estratégias empresariais e ações sociais. Dziekaniak e Rover (2011, p. 7, grifo nosso) apontam que a

evolução das tecnologias da informação e comunicação e a sua invasão nos países periféricos, sem um compromisso sério dos Governos em repensar a nova economia, ou proposição e aplicação de novas formas de manutenção e gestão da sociedade como um todo, levando em consideração o grande impacto que as tecnologias da informação e comunicação trazem (*principalmente na geração de empregos e desenvolvimento social*), faz com que os inúmeros aspectos negativos ganhem terreno e coloquem a Sociedade da Informação em crise. Uma crise sem precedentes na história, dado que os aspectos que a desencadearam tendem a crescer exponencialmente e se desenvolverem. Enquanto por outro lado se percebe, senão a estagnação, pelo menos não a mesma preocupação dos governos frente à proposição de projetos e incentivos relativos à educação e à inserção da população neste novo contexto digital.

Nessa nova sociedade, as políticas públicas deviam traduzir em seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados as formas de exercício

do poder político desta população, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder (e do conhecimento), o papel do conflito social nos processos de decisão e a distribuição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002). Entretanto, para que isso ocorra, Lévy (2010) aponta que na sociedade do conhecimento as pessoas devem ser preparadas e educadas para a interação com as informações, não se deve fabricar pessoas que consomem informação previamente empacotadas por terceiros. Para o autor, a população tem de ser formada e habilitada para a interação crítica, a fim de compreender qual informação possui fonte fidedigna e ser capaz de encontrar a informação que procuram enquanto produzem informação para ser consumida, através da inserção do material contida nas fontes em seu contexto social específico, resultando em um movimento de troca, colaboração e complementação de conhecimentos, que alimenta o sistema.

Contudo, como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso.

No âmbito da mediação o profissional da informação apresenta-se qualificado para atuar, sendo assim o presente projeto busca inserir o profissional da informação e suas habilidades mediadoras no processo de formulação e avaliação de políticas públicas, aproximando governantes e governados em uma discussão produtiva de melhoria da sociedade em que estão locados.

1.1 Problema

Observa-se que o desenho de muitas políticas públicas são verdadeiras caixas pretas, no sentido da abstração de informações e termos. Para se entender como certos bens e serviços são obtidos e como os atores estão envolvidos no processo de construção dessas políticas é necessário que opere um processo de transparência informacional.

A Ciência da Informação (CI) desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente sua relevância para a sociedade. Transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da área.

Nesse aspecto procuramos entender:

1. Quais os principais as principais habilidades do profissional da informação iriam potencializar os resultados obtidos em cada etapa descrita pelo ciclo de políticas públicas de Howlett e Ramesh?
2. Quais os principais benefícios seriam revertidos a sociedade perante a atuação do profissional da informação no contexto de políticas públicas de informação e tecnologia no Brasil?
3. Qual a dinâmica do Plano Nacional do Livro e da Leitura e quais as alternativas este propõem para a atuação do profissional da informação juntamente as comunidade na sociedade da informação?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar a inserção do profissional da informação no âmbito do ciclo das políticas públicas como agente central na compreensão das demandas informacionais, apontando os benefícios dessa atuação na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas em específico o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

1.2.2 Específicos

- Realizar um estudo avaliativo do contexto histórico do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) no Brasil;
- Compreender as ações executadas até o presente momento dentro do escopo do PNLL, focando nas informações disponíveis na web sobre o desenvolvimento, implementação e resultados até então obtidos;
- Apontar quais as competências e habilidades do profissional da informação melhor se encaixam nas fases do ciclo de vida de políticas públicas, sempre visando a otimização de cada processo.

1.3 Justificativa

É crescente o interesse pela área de políticas públicas nas pesquisas acadêmicas que se realizam atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a Ciência Política, vêm realizando estudos sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Ao entender as políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados o que, porém, nem sempre ocorre, devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

A era digital vem impactando drasticamente o planejamento das atividades de gestão pública, exigindo que se efetue novas configurações para acomodar o uso da tecnologia, tanto para a armazenagem quanto para prover acesso às informações digitais disponíveis em redes de computadores e na web. Nesse processo de mudanças, a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, torna fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais

Verificamos a importância da inserção do profissional da informação na prestação de serviços ao cidadão quando Rajagopalan e Rajan fizeram uma interpretação, em 1984, das leis de Ranganathan para a Biblioteconomia, deduzindo, a partir delas, o que chamaram de "cinco leis da Ciência da Informação", atualizando, alargando e aprofundando os conceitos anteriores. Mas o ponto de maior importância e relevância desta reinterpretação é que as cinco leis são centralizadas no uso e no usuário da informação, a segunda lei passa a ser denominada "a cada usuário sua informação" e se faz valer pelo princípio de fornecer informação correta e fazer uso da disseminação da informação, o requisito de o profissional ter cultura geral sólida para saber dar a cada usuário a informação desejada, atender a todos com imparcialidade, respeitando a pessoa humana.

A terceira lei no âmbito dos autores conduz à ideia de que informação criada/gerada deve ser dirigida para os usuários, ou a recapitulação da frase familiar:

informação certa para o usuário certo. Cada elo, na cadeia de transferência da informação, do nível de geração ao de utilização, deve ser envolvido criando o dinamismo da informação.

A organização de serviços de informação para fazer frente aos requisitos específicos é, na verdade, o ponto crucial do manejo da informação, e é da responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (MIRANDA, 2000).

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial. (SVEIBY, 2000)

Segundo Remeikis (1996), o profissional mediador atua como um “canal” para distribuir conhecimento pelas organizações e tem habilidades específicas de sua área e atendem às diferentes interações das várias áreas desta instituição.

Os profissionais da informação usam diariamente essas habilidades nas suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao afirmarem que o profissional da informação ou do conhecimento tem a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

Vários canais institucionais podem ser utilizados para o debate das políticas públicas, desde os Conselhos de Gestão, até espaços autônomos já em funcionamento ou a serem criados em áreas específicas a inserção do profissional da informação, nesse âmbito auxilia a todos os cidadãos o acesso a suportes informacionais, itens bibliográficos e conteúdos e que fomentam articulações e debates.

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo, em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas. Neste ponto o profissional da informação precisa, focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Os bibliotecários nos países em desenvolvimento precisam ampliar seu senso crítico sobre a política de informação e tecnologia, principalmente no que se refere à questão da transferência da informação. (AMARAL, 1995). Além disso, os profissionais da área devem combinar sua experiência na linha de frente da prática com a perspectiva teórica dos estudiosos para a formulação conjunta de uma economia política² mais inclusiva.

As mudanças sociais associadas às tecnologias mostram que as relações profissionais estão sujeitas a mudanças e todas elas afetam a questão comportamental do indivíduo. Percebe-se que já não há limites entre a esfera pública e o espaço privado.³

Uma atuação consciente se faz valer pelo princípio de fornecer informação correta e fazer uso da disseminação da informação, o requisito de o profissional ter cultura geral sólida para saber compreender a expectativa de cada usuário, fornecendo-lhe a informação desejada, respeitando a pessoa humana.

O imperativo tecnológico que vem expondo o desenvolvimento e aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação, tornando como o ponto crucial do manejo da informação, a responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão. Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias

² A economia política é a ciência que estuda as leis da produção social e da distribuição de bens materiais na sociedade humana, concedendo no contexto social condições de rendimento e subsistência a população e no contexto estatal a distribuição de recursos necessários para a manutenção do desenvolvimento urbano e econômico (SMITH, 1985).

³ No contexto da esfera pública, os sujeitos são sempre entendidos como cidadãos, tanto na condição de usuários do serviço público como submetidos as leis e normas determinadas pelo Estado, enquanto no espaço privado estes são considerados individualmente, já que defendem interesses próprios (HABERMAS, 1984).

e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar a realidade social através dessa mediação política.

A pesquisa se insere no eixo temático da linha de Informação e Tecnologia por se tratar do estudo de uma política inserida no contexto da sociedade da informação no Brasil. Tal contexto envolve diversas preocupações uma vez que a implantação do Livro Verde, principal documento norteador da iniciativa, foi desenvolvido às pressas apresentando diversas brechas que podem deixar a desejar no cumprimento do objetivo principal do Programa Sociedade da Informação: a criação de uma rede de relações focadas em informação que diminua a desigualdade através da criação e acesso a informação.

O Plano Nacional do Livro e da Leitura e suas proposições alterou a relação da leitura no país e neste estudo visamos perante a ótica da Ciência da Informação verificar a efetividade destas ações.

1.5 Processos Metodológicos

Para a maioria dos analistas, as mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas só se efetuarão com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas pode-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo, quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

A pesquisa caracteriza-se de natureza exploratória, com os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, e descritiva analítica, possuindo uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa).

A pesquisa bibliográfica iniciou-se por meio de levantamentos bibliográficos em bases de dados nacionais e internacionais e com base nos relatórios e dissertações desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa – Novas Tecnologias em Informação (GP-NTI)

A exploração bibliográfica abarcará os temas: *Políticas Públicas de Informação e Tecnologia, Atuação do Profissional da informação, mediação de Informação*.

A pesquisa analítica será realizada a partir da observação direta não participativa das políticas públicas de informação no Brasil e tecnologias existentes proposto com auxílio do modelo de Howlett e Ramesh (1993) - o ciclo de políticas públicas.

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise dessas políticas públicas e o conhecimento a respeito dos resultados de programas, projetos e campanhas do governo, fatores que se mostram importantes para se traçar um panorama nacional verificando seus impactos e se estes estão sendo cumpridos em suas missões sociais focando a ação mediadora dos profissionais de Ciência da Informação.

A avaliação crítica exposta no capítulo final se baseia na metodologia qualitativa, já a investigação quantitativa se deu no processo ao qual se elegeu duas bases de dados mais relevantes no campo da ciência da informação que resultaram na escolha do Plano Nacional do Livro e da Leitura como a política da sociedade da informação estudada neste texto, como descreveremos detalhadamente, a seguir:

Para uma maior precisão de campo de pesquisa, buscamos trabalhos relacionados a palavra-chave: políticas de informação sendo assim obtivemos no domínio Brapci (<http://www.brapci.ufpr.br/>) a quantia de 126 artigos recuperados e no domínio Scielo (<http://www.scielo.org/php/index.php>) a quantia de 65 artigos recuperados.

Dentre o total dos 233 artigos recuperados prosseguimos com a leitura técnica identificando o assunto principal de cada um deles, chegando a uma lista de 16 políticas de informações abordadas, com é possível verificar no quadro 1.

Quadro 1: Levantamento de políticas de informação abordados em artigos do campo da ciência da informação nos domínios Brapci e Scielo em janeiro de 2016.

Política Pública	Incidência
Acesso Aberto	23
Plano nacional do livro e da leitura	21
Preservação da informação digital	20
Política de gestão da informação	17
Lei de acesso a informação	16
Construção de políticas para repositórios institucionais	16
Inclusão digital	15
Política de qualidade da informação	15
Política de informação científica e tecnológica	14
Política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas	13
Segurança da Informação	12
Política de tratamento da informação	12
Política de formação para competência informacional	12
Política nacional de informação e informática em saúde	12
Programa de governo eletrônico brasileiro	10
Política de indexação em sistemas de bibliotecas	9

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos nos domínios Brapci e Scielo em janeiro de 2016

Assim para filtrar a política que poderia ser aplicada no âmbito deste trabalho, visando que procuramos nos debruçar sobre o processo final do ciclo de políticas públicas (implementação e avaliação), definimos três características essenciais para a escolha:

1. A relação da política com a aplicação e o contexto da sociedade da informação;
2. A disposição (disseminação e acesso) e o alcance dos indicadores gerados pelas políticas;
3. E, finalmente, a possibilidade de atuação do profissional da informação em ambientes diversos.

Após a aplicação dos requisitos mencionados a cima, nas 16 políticas identificadas definimos que o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), iniciativa do Ministério da Cultura e do governo Federal se encontraria potencialmente apto para esse estudo, a qual buscamos nos aprofundar especialmente no capítulo 4 deste.

Portanto, estruturou-se essa dissertação em cinco capítulos. No **primeiro** apresentado nesta introdução nos remetemos a compreensão do fio condutor do pensamento deste trabalho: a Ciência da Informação e seu elo através do seu profissional atuante ao campo das políticas públicas.

O **segundo** conta com apresentação teórica dos conceitos da Ciência da Informação, as contribuições da biblioteconomia, documentação para a solidificação da hoje chamada ciência da informação, apresentando por meio do corpus teórico quais a reflexão das habilidades e competências do profissional advindo deste âmbito científico

O capítulo **três** apresenta uma breve explanação a respeito da ciência política, onde discorreremos sobre as diversas visões de estado e poder político desenvolvido no decorrer dos tempos por pensadores e filósofos, criando assim a possibilidade de discussão de conceitos ligados as políticas sociais, a esfera pública e o próprio poder político e explorando a política pública desde seu surgimento, por meio de um resgate histórico bibliográfico são apresentados os principais estudiosos do tema, os modelos de abordagem tipológica, o processo de formulação, guardando o enfoque à explanação detalhada do ciclo de vida de política públicas e suas fases.

O **quarto** capítulo se atém as políticas públicas de informação no Brasil, especificamente no cenário do Plano Nacional do Livro e da Leitura, suas ações e desdobramentos relacionadas as bibliotecas públicas.

O **quinto** capítulo procura compilar a participação do profissional da informação no ciclo de políticas públicas e a sua atuação efetiva no escopo do Plano Nacional do Livro e da Leitura, para que mediante os resultados encontrados p tracemos um perfil do contexto de interligação da Ciência da Informação e as políticas públicas, elencando os fatores que fazem com que essa aproximação não aconteça ou aconteça de forma tímida.

No **sexto** capítulo traz o enlace das teorias apresentadas e as considerações finais a respeito das perspectivas de atuação do profissional da informação no campo das políticas públicas.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU PROFISSIONAL

Ao analisar história verifica-se que sempre houve a necessidade de se guardar informações. Desde a antiguidade o homem tenta armazenar seus dados de alguma forma, como as figuras rupestres em cavernas ou escritas em paredes de pedras encravadas nas pirâmides egípcias, sempre com o objetivo de perpetuar acontecimentos ou a cultura vivida (LIMA JR, 2011).

Observa-se, então que o armazenamento dos dados é intrínseco ao homem e a sua recuperação está relacionada à memória. Por isso, pode-se dizer, conforme Holanda e Silva (2012), que a informação e a memória são marcadas por fenômenos socioculturais.

Assim neste capítulo destacaremos fatos históricos que conduziram a Ciência da Informação a se tornar um campo interdisciplinar do saber, passando pela sua função social e como as habilidades e competências do profissional desse campo podem contribuir para a solidificação da sociedade da informação.

2.1 Histórico da Ciência da Informação

Para falar em Ciência da Informação (CI) precisamos primeiro definir o conceito de informação que norteará este capítulo, portanto consideraremos a explanação de Briet (1951 p. 26) no texto *Qu'est-ce que la documentation* de a qual indica a informação como:

Todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar ou provar um fenômeno físico ou intelectual baseada no entendimento sociológico e cultural das necessidades do usuário, expressar por seus modos de vida e seu vocabulário

Assim a autora supracitada destaca, também, que existe uma relação estrita entre a informação e o processo de aquisição do conhecimento, pois existe a necessidade de entendê-la e contextualizá-la de acordo com seu espaço, tempo e forma.

De certo modo, a Ciência da Informação nasce com o propósito de condensar os estudos científicos sobre a informação, contribuindo no aprimoramento de disciplinas como a Documentação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Gestão da Informação em seus cernes específicos a respeito de informação e

documentos, necessidades científicas, disciplinares, profissionais e cotidianas de cada contexto.

A Ciência da Informação é uma ciência social aplicada pós-moderna e como muitos outros campos do saber advém da envergadura causada pela revolução técnico científica, que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Uma ciência cognitiva que possui um compromisso social, com a perspectiva de satisfazer outras áreas do conhecimento científico e seus profissionais, além de indivíduos de instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas. (LENZI; BRAMBILA, 2006).

A primeira formulação do que seria **A Ciência da Informação** surgiu como resultado dos trabalhos das conferências do *Geórgia Institute of Technology* realizadas em 1961 e 1962 e descrita por Shera (1980 apud ROBREDO, 2003, p.55)

Ciência da Informação é a que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. A campo deriva ou relaciona-se com a matemática, a lógica, linguística, a psicologia, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos.

Assim a interdisciplinaridade foi introduzida na CI também pela variedade da formação dos profissionais que se ocuparam na solução dos problemas descritos.

Entre os pioneiros havia engenheiros, bibliotecários, químicos, lingüistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências. Certamente, nem todas as disciplinas presentes na formação dessas pessoas tiveram uma contribuição igualmente relevante, mas essa multiplicidade foi responsável pela introdução e permanência do objetivo interdisciplinar na CI. (SARACEVIC, 1996, p. 48).

Se por um lado, essa quantidade de fatores que originaram a Ciência da Informação dificulta o entendimento sobre o assunto, por outro, mostra que a Ciência da Informação está atrelada a um arcabouço teórico relativamente promissor em termos científicos.

Essa não delimitação precisa se configura em uma marca imanente das ciências pós-modernas, o que deve ser concebido como característica e não como um aspecto negativo, conforme Zins (2011, p. 155) o próprio conceito de Ciência da

Informação não apresenta uniformidade, pois o campo parece seguir diferentes abordagens e tradições; “Abordagens objetivas versus abordagens cognitivas, a tradição da biblioteca versus a tradição da documentação versus a tradição da computação, e assim por diante. ”

2.1.1 As contribuições da Documentação

A atual conjuntura mundial associada ao crescimento tecnológico fez com que a humanidade convivesse cada vez mais rodeada por dados. Pois, a inserção da Internet e das tecnologias digitais no cotidiano do cidadão fez com que se alavancasse, até então não encontrados como a mobilidade e a abrangência comunicacional e informacional do indivíduo. Porém, segundo Saracevic (1996, p. 43) “problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI”.

A ideia de armazenamento mundial de informações começa a ser discutida o final do Século XIX, pelo belga Paul Otlet, muito tempo antes de Vannevar Bush sonhar com o memex, e ainda décadas antes de Ted Nelson conceber o termo *hipertexto*, escreve o *Traité de documentation*, um manifesto baseado em escrituras e pesquisa sobre as possibilidades das estruturas de informação que pode ser definida como

talvez, "a primeira sistemática e moderna discussão dos problemas gerais da organização da informação". O termo documentação é um neologismo, criado por Otlet, para designar o que hoje em dia tendemos a chamar de armazenamento e recuperação da informação. De fato, "não é exagero declarar-se que o tratado foi um dos primeiros textos de Ciência da Informação..." Propõe novos tipos de sistemas mecânicos integrados para o manejo da informação, os quais teriam ainda de ser inventados e transformariam o meio ambiente e as práticas dos pesquisadores. (FIGUEIREDO, 1996, p.16).

O Repertório Bibliográfico Universal (RBU), buscava universalizar o conhecimento humano através da documentação das informações registradas em diversos suportes documentais da época e armazenados nos tradicionais centros de informação por meio de uma rede possibilitaria o acesso dessas informações em todos os países do mundo concebendo uma síntese dos assuntos, desde a invenção da imprensa, por meio de fichas, de modo a promover uma rede conceitual que facilitasse e ampliasse o acesso à informação.

Tal sonho era mais um conceito literário do que uma prática já que as tecnologias da época não eram capazes de promover uma recuperação informacional em tal escala, porém as iniciativas de Otlet e La Fontaine sobre o valor e a universalidade da documentação se findavam na proposta de um novo manejo da informação, o que tende a ser identificada como uma das vertentes originárias da ciência da informação (FIGUEIREDO, 1996).

Observa-se que Otlet oferece as bases para o estabelecimento da Ciência da Informação quando focaliza a informação como fenômeno social que existe e é tratada na Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, mas gera uma confusão epistemológica quando tenta afirmar que é objeto apenas de uma nova disciplina chamada Documentação. Entende-se que essa afirmação da Documentação como campo essencial para pensar a informação e seus construtos organizacionais em detrimento da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia está relacionada a uma visão política eminentemente corporativista de Otlet e La Fontaine. (SILVA; FREIRE, 2012, p.12)

Pode-se dizer que a polêmica entre Biblioteconomia e Documentação, no que tange seus interesses políticos e corporativos, “a primeira, com uma característica essencialmente advinda da Europa e a segunda que apresentava grande representatividade nos EUA, principalmente através da Escola de Chicago” (SILVA, FREIRE, 2012, p.12) proporcionou a ideia de uma identidade de contrastes que, de certo modo, fragmentou a construção da identidade da Ciência da Informação

Ressalta-se a importância da Biblioteconomia e, principalmente, da Documentação para o surgimento da CI. Vale destacar que a Documentação foi um importante expoente para alavancar o entendimento sobre informação, bem como promoveu ideias inovadoras sobre tecnologia aplicada aos centros de informação e suportes documentais.

2.1.2 As contribuições da Biblioteconomia

Neste ponto, abordaremos brevemente o histórico da biblioteconomia, destacando os principais pontos deste campo que contribuem para a ciência da informação.

A Biblioteconomia é a disciplina que estuda os fluxos, serviços e produtos da informação registrada. Nesse âmbito, trata sobre o

diagnóstico, planejamento, implementação, organização, administração, disseminação e uso da informação em bibliotecas, centro de documentação, sistemas de informação, sites, entre outros. Uma arte de organizar bibliotecas. (NASCIMENTO, A., 2009, p.13).

Segundo Cunha (1997) a origem da palavra biblioteca é grega, *bibliothēke*, porém chega até os povos latinos pela sua correspondente em latim, *bibliotheca*, com seus radicais ainda derivados do grego *biblio* e *teca* representam em significância, o livro e sua coleção ou seu depósito. Assim, ligamos inicialmente a necessidade de registro e memória das sociedades e a questão da posse do conhecimento a existência das bibliotecas, que possuíam em sua própria estruturação arquitetônica obstáculos que impediam a saída de itens do acervo.

O medievo é considerado uma era obscura para o âmbito cultural em vários aspectos o estendia ao âmbito das bibliotecas que ainda eram apresentavam um prolongamento de costumes da antiguidade, já que o pergaminho se tornara raro e escasso as instituições ainda eram marcantes como guardiãs dos livros e não disseminadoras da informação. (SANTOS, 2012; BATTLES, 2003).

O que muda o cenário social intelectual na sociedade e, assim, proporcionalmente, o das bibliotecas e da biblioteconomia, é a criação das universidades na Europa, com a crescente demanda de textos pelos alunos e os altos custos de produção de obras a solução encontrada foi a abertura dos acervos para consulta, o que promove mais um avanço no cenário técnico científico do campo, a utilização de catálogos para a efetiva localização de tais obras (BATTLES, 2003).

Ao decorrer de sua evolução, as bibliotecas apresentaram muitas mudanças tanto técnicas, mas até então nada havia afetado o funcionamento como até aqui descrito como a evolução dos suportes advindas da invenção da imprensa, fator que facilitou o acesso da população em geral as informações, transacionando a biblioteca de uma instituição de caráter de fechado e/ou particular para uma visão um pouco mais aberta. Porém, é no Renascimento que as ideias democráticas chegam realmente ao espaço das bibliotecas e é neste tempo e assim que estas começam suas ações para se aproximar de todos os públicos, transformando a informação em um item de consumo, não apenas de guarda e preservação.

Uma obra de grande destaque para a formalização da biblioteconomia como área, foi a de Gabriel Naudé, *Advis pour dresser um bibliothéque* de 1627, o primeiro manual para bibliotecários, que apresenta bases conceituais pautadas no espírito do

progresso e liberdade de expressão e cultura, que inspirava a Revolução Francesa (SANTOS, 2012).

Siqueira (2010, p. 58) também comenta que são nestas bases idealistas das visões de Naudé que as bibliotecas públicas e a própria biblioteconomia se firmam

A biblioteca pública se consolidou principalmente após a Revolução Francesa (1789-1799), que lançou as bases para os objetivos essenciais dessa instituição: satisfazer as necessidades da sociedade nos âmbitos da educação e cultura. Nesse contexto, nasceu a Biblioteconomia, disciplina encarregada de organizar, administrar e cuidar da gestão de livros, bem como a figura do profissional bibliotecário; ao lado do arquivista, tornaram-se fundamentais para a consolidação institucional de arquivos e bibliotecas. Tais profissionais, também influenciados pelo momento histórico de desenvolvimento tecnológico e científico do século XVIII, concentraram sua formação em dois aspectos: um técnico (catalogação, classificação, paleografia) e outro voltado à aquisição de cultura geral (história, literatura, ciências).

A biblioteconomia e suas atividades, a partir do século XIX, se desenvolveram de forma efetiva do modo como se conhece atualmente quanto a práticas e técnicas de sistematização de informações, como a Classificação Decimal de Dewey, que é datada de 1876 e considerado o primeiro sistema de classificação de assuntos a ser amplamente adotado nas bibliotecas até a atualidade (NASCIMENTO, 2009).

a primeira escola de graduação em Biblioteconomia foi fundada em 1821, na cidade de Paris com caráter erudito. Posteriormente, em 1887, surgiu, nos Estados Unidos, a segunda escola para formação dos bibliotecários fundada por Melvin Dewey, com enfoque tecnicista, diferentemente da escola francesa. Percebe-se então o desenvolvimento de dois modelos distintos de ensino e formação em Biblioteconomia: o francês (mais humanístico) e o norte-americano (mais pragmático e tecnicista), ambos implementados no século XIX (PINTO, 2000, p. 4).

Por meio deste breve histórico apresentamos as questões que convergem para que na pós-modernidade a ciência da informação consiga emergir, através dos pontos destacados vimos que a biblioteca e também a biblioteconomia se entendem não como fenômenos e instituições culturais e sociais, porém como um complexo sistema promotor e sustentador da cultura humana por entre as épocas, sendo responsável pela preservação e transmissão destas.

2.1.3 Vannevar Bush e o advento da Ciência da Informação

De acordo com Monteiro *et al.* (2009) as tecnologias têm uma relação estreita com o conceito memória porque a preservação é a garantia de guarda e de sua recuperação. Nota-se com o avanço tecnológico que os modos e os lugares da memória passaram por profundas transformações, principalmente, quando se trata de aquisição da informação e do conhecimento. Novos modelos informativos foram originados com o advento da Internet, ferramentas foram criadas com o intuito de mantê-la preservada.

Esses acontecimentos foram previstos por Bush (1945) um dos considerados pais da ciência da informação, ao idealizar o Memex, o autor anteviu que uma das habilidades do equipamento estava relacionada à recuperação da informação, ou seja, os arquivos poderiam ser recuperados no momento desejado. Previu, também que a Ciência providenciaria uma comunicação mais rápida entre os indivíduos, proporcionaria o registro de ideias, a manipulação do que foi registrado e a análise de como o conhecimento evoluiu.

A qualidade das contribuições de Bush para o advento da Ciência da Informação está em sua diversidade. Tanto é possível afirmar que Bush contribuiu para originar e desenvolver a Ciência da Informação em seu contexto técnico e epistemológico (como ciência aplicada), bem como contribuiu para o desenvolvimento cotidiano da Ciência da Informação através da valorização da informação como instrumento de apoio ao aprendizado da sociedade, em termos mais específicos, os usuários. (SILVA; FREIRE , 2012, p.15).

As TIC trouxeram consigo um instrumental capaz de armazenar e organizar as informações em dimensões até então não vistas pela humanidade. É pertinente ressaltar que esses artefatos computacionais tentam superar as limitações físicas humanas (por exemplo, o esquecimento) e, tais como a escrita são consideradas memórias externas, como externou McLhuan (1996) quando disse “os meios são extensões do homem”.

O volume vertiginoso que as informações atingiram associado à diminuição do custo de armazenamento e ao aperfeiçoamento do processo de digitalização, pode-se dizer que o esquecimento tem se tornado um processo mais custoso, de acordo com Mayer-Schönberger (2009, p. 68). O autor destaca que por milênios a lembrança foi difícil e cara. Os humanos tiveram que escolher o que lembrar, pois o padrão era esquecer. Na atualidade, com a predominância do digital esse padrão ficou invertido.

Diante do impacto causado pelas TIC sobre o processo de memória e esquecimento humano. Tem-se a necessidade de abordar tópicos referentes às ferramentas computacionais utilizadas, por sites e mídias sociais e, conseqüentemente, as redes sociais, para ampliar a “memória externa” humana e estreitar os lapsos de esquecimento.

A evolução tecnológica fez com que surgissem diversas ferramentas capazes de armazenar informações, de estabelecer relações entre o conhecimento construído ou em construção. Verifica-se, nessa trajetória, uma tendência das mídias adotarem sistemas que garantam a preservação da memória.

Podem-se destacar como ferramentas auxiliares da memória as buscas por termos, a biometria, o reconhecimento facial, as localizações geográficas através do GPS, dentre outros instrumentos contemporâneos utilizados na Internet.

Castells (2001) vê a sociedade como uma rede arquitetada pela mídia, a formação de redes sociais é um processo antigo que acompanhou a história do homem e “está associado aos movimentos sociais que usam as conexões interpessoais para atingirem objetivos econômicos, sociais, políticos”. (LISBÔA; BOTTENTUIT JUNIOR; COUTINHO, 2009, p.6).

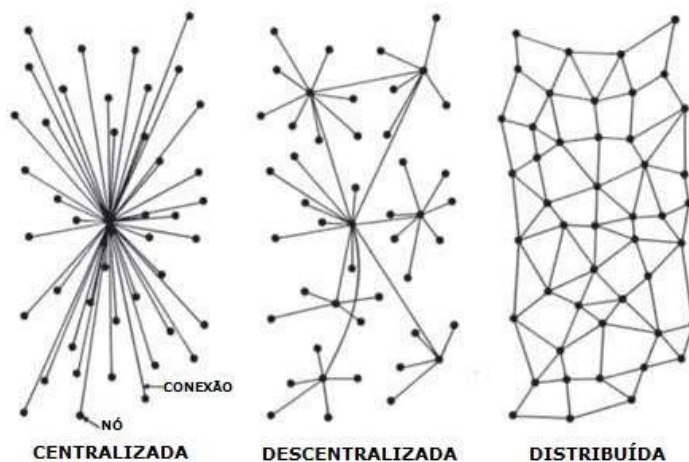
“Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões”. (WASSERMAN; FAUST, 1994⁴; DEGENNE; FORSÉ, 1999⁵ apud RECUERO, 2005, p. 1).

Em meio digital, os atores são definidos como os “*nós*” da rede e as interações e laços como “*conexões*”. Segue abaixo uma imagem (figura 1) que mostra como isto é estruturado nos mais variados formatos de redes sociais em meio digital:

⁴ WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis. Methods and Applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

⁵ DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Introducing Social Networks**, Sage Publications, London, 1999.

Figura 1: Representação estrutural das redes sociais.



Fonte: Adaptada de Baran (1964).

O desenvolvimento de redes sociais é natural ao ser humano. A vida em sociedade pressupõe os contatos sociais, porém é obvio que o relacionamento das pessoas nesse contexto é influenciado de acordo com a cultura dos integrantes dessas redes sociais.

A rede social funciona basicamente por conexões relacionais entre os seus atores constituintes, onde circula todo o fluxo informacional por eles gerados. Essas conexões começam a se formar através das interações sociais entre as pessoas, que é o estabelecimento de relações mútuas entre os indivíduos através de uma ação recíproca onde ocorrem interinfluências. Não é necessário o contato físico para que esse processo ocorra, portanto, ele pode se dar de forma indireta através de outros meios, como por exemplo, nos meios de comunicação.

2.2 Uma Ciência Social aplicada

As chamadas ciências sociais em gerais se encontram no dilema apontado pela dicotomia: ciência ou arte, teoria ou prática, e o mesmo acontece com a ciência da informação, que pode ser considerada de fato uma ciência, como em vias mais simples pode se resumir a uma disposição de arranjar conteúdos, uma metodologia para os problemas informacionais pós-modernos.

O fato é que a Ciência da Informação não nasce como uma ciência social, mas acaba adquirindo uma bagagem nesse contexto ao se importar com o registro e recuperação das informações.

Os primeiros autores a destacar a posição social desse campo focam o desenvolvimento da CI na melhora na transferência do conhecimento por meio de um processo de disseminação e compartilhamento preciso de conteúdo, auxiliando o desenvolvimento de outras áreas.

Para os Wersing e Neveling (1975) a CI desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente, não que estes não existissem antes, porém a sua relevância para a sociedade passou a ser maior e mais impactante, o que tornou a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam uma responsabilidade social em que a ciência da informação passou a se fundamentar.

A Ciência da Informação sai do âmbito das ciências positivistas e nasce mais próxima do contexto pós-moderno de sociedade, o que lhe garantiu maior “flexibilidade” e “tolerância” relativa à sua consolidação científica, a tão comentada transdisciplinaridade.

Ciência da Informação é uma “ciência pós-moderna”, que tem como um de seus principais atributos a interdisciplinaridade, caráter que lhe “liberta” das “amarras disciplinares” do paradigma positivista e lhe oferece um olhar multifacetado e temático. Por outro lado, tal fragmentação em diversas vertentes do saber ou mesmo a diversidade de profissionais e pontos de vista, dificultam a construção de uma identidade. (SIQUEIRA, 2010, p.64).

O fator de influência de conceitos, métodos e pensamentos que já não são mais apropriados e adequados à complexidade do mundo atual acarretou uma quebra de paradigmas, criou a necessidade de novas teorias e novos instrumentos que auxiliassem na interpretação e na conceituação da vida Pós-Moderna.

No mundo contemporâneo, sujeito e objeto se confundem; espaço e tempo são redimensionados, e, com isso, as relações humanas se transformam. Homem, trabalho, comunicação, conhecimento, elementos que ao se relacionarem dependem de uma “metamorfose incessante dos dispositivos informacionais”. (LÉVY, p.7, 1998, grifo nosso).

Assim a CI apresenta uma nova forma do conhecimento ser expressado, que se relaciona internamente com outras disciplinas, através dos anos os estudos se entrelaçaram na ambiguidade de conceitos, buscando a convergência entre o conhecimento, a informação e a comunicação e que hoje nos faz compreender que a informação é o resultado de um processo cognitivo humano.

A partir das observações apontadas, tornar-se-ia necessária, sob o olhar da Ciência da Informação como ciência transdisciplinar que se propõe encontrar soluções aos conflitos sociais entre ciências e tecnologias, a elaboração de métodos que proponham modelos teóricos capazes de produzir resultados simples o bastante para serem compartilhadas por todos, dadas as características de interatividade presentes na Web, e que, assim, venham a ser úteis em sua aplicação e contribuam para uma melhor condução da informação, elemento precioso em uma sociedade em que o conhecimento interativo é o seu caracterizador e o poder efetivamente de usufruí-lo constitui condição essencial para a construção dos saberes e para o desenvolvimento de indivíduos no poder.

2.3 O Profissional da informação

A Ciência da Informação traz contribuições para o *corpus teórico* da Biblioteconomia pela sua natureza interdisciplinar, possibilitando interfaces com outras áreas de concentração de conhecimento, o que é salutar, pois estando em processo de construção se beneficia destes outros campos. Desta forma, hoje a atuação do bibliotecário se faz ao lado de outros profissionais, tais como o arquivista e o museólogo envolvidos na grande área da Ciência da Informação, que neste trabalho passamos a chamar de profissional da informação.

Nesse momento, ressaltamos que o bibliotecário não é o único profissional da informação e para se estudar no mercado de trabalho da informação, é necessário ir além de bibliotecas, arquivos, museus e unidades de informação, porque esse mercado caracteriza-se pela diversidade das origens profissionais e dos espaços onde essas atividades são exercidas (CUNHA, 2000).

Na literatura, o termo profissional da informação tem apresentado uma relação direta com a profissão de bibliotecário. Ao longo dos anos, a Biblioteconomia, assim como as outras áreas do saber, vem buscando seu reconhecimento social. No entanto, é fácil perceber que a sociedade brasileira tem uma imagem sobre o bibliotecário que não condiz, necessariamente, com que ela representa para a área da organização e disseminação da informação e suas contribuições para a educação e cultura. Os bibliotecários têm as bibliotecas como um mercado legalmente protegido, porém outros profissionais pertencentes à família dos “profissionais da informação” disputam o mercado da informação. (ALMEIDA; BATISTA, 2009, p.2, grifo do autor).

Valentim (2004, p.140) completa o entendimento que estamos tendo sobre o profissional da informação como sendo “o indivíduo que recebeu formação específica para trabalhar com dados, informação e conhecimento, bem como sua mediação”.

A Ciência da Informação é uma ciência social aplicada pós-moderna e possui um compromisso social. Trabalha constantemente com o conhecimento codificado, registrado, introduzindo o objeto focado numa certa linguagem para selecioná-lo. Seu campo é temático, portanto lida com problemas, e, onde existem problemas, nasce sempre uma ciência de forma organizada para resolvê-los (LENZI; BRAMBILA, 2006, p.8).

Sendo assim o profissional provido desta ciência social, surge em um contexto de globalização e das novas tecnologias onde as organizações necessitam de profissionais que ocupem espaços além dos considerados tradicionais (arquivos, bibliotecas) lidando com informações estratégicas nas diversas instâncias como Teixeira Filho (1998, p.1), “é o protótipo hoje do trabalhador do conhecimento de amanhã, sendo ele multifacetado para ir além das atividades técnicas”

Quanto às habilidades esperadas deste profissional

Ressalta-se ainda que perfis e habilidades, tais como domínio de ferramentas de informática, fluência em línguas estrangeiras, criatividade, capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, dinamismo, ética e investimento em educação continuada são essenciais a todos os profissionais de qualquer área do conhecimento. Porém, tornam-se imprescindíveis aos profissionais da informação, pois a informação, seu objeto de trabalho, é complexa e mutável, principalmente porque depende das necessidades dos indivíduos e das organizações em determinado contexto. (SANTOS, 2009, p.24).

Para as competências usaremos como base as categorias de Valentim (2002b), que cita as recomendações apontadas pelo *Encontro de Diretores de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul*: competências de comunicação e expressão, competências sociais e políticas, competências gerenciais.

Assim o perfil traçado do condizemos como o profissional da informação será utilizado nos próximos capítulos, para avaliar a inserção desse profissional no ciclo de políticas públicas e, também, evidencia a importância do trabalho deste profissional do gerenciamento de informações para a tomada de decisão.

3 A CIÊNCIA POLÍTICA E SEU ENLACE HISTÓRICO NO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Política é considerada a ciência da governança de um Estado ou Nação, a arte de negociar para equilibrar e aliar interesses. O termo tem origem no grego *politiká* uma derivação de *polis* que designa aquilo que é público. (AURÉLIO, 2009). O significado de política é muito abrangente e está, em geral, relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público. Já as políticas públicas consistem em ações tomadas pelo Estado que têm como objetivo atender os diversos setores da sociedade civil. Essas políticas são muitas vezes feitas juntamente com a sociedade e entidades públicas e privadas.

Quanto aos seus tipos, as políticas públicas podem ser distributivas, redistributivas e regulatórias, sendo que podem atuar na área industrial, institucional, agrícola, educacional e da assistência social, como veremos mais adiante (capítulo 3.4.3).

Assim neste capítulo discorreremos sobre as veias políticas que se desenvolveram através dos tempos e associando estas a implantação de políticas públicas na atual sociedade do conhecimento.

3.1 A política e suas veias históricas

O objeto da Ciência Política é a sociedade política organizada. Tendo o estado abstrato e suas relações com o homem, para isso os estudos desta área do conhecimento englobam atividades de observação, descrição e análise, comparação, interpretação, sistematização e a explicação de fenômenos políticos.

A política existe desde que os homens tiveram a necessidade de escolher representantes para governar seus grupos, fossem eles políticos, militares e/ou religiosos. Todavia, para realmente entender o seu contexto e o significado é preciso retomar a trajetória da denominada ciência política, seus pensadores e cientistas. Tal ciência investiga e analisa preocupações que envolvem, em geral, as Ciências

Sociais, que contém em seu núcleo questões ligadas ao poder do estado e governos nas relações de autoridade e dominação.

A história da humanidade é basicamente a história das ideias e da luta pelo poder, travadas por indivíduos, grupos ou nações para conquistar, manter ou ampliar o poder político. Essas lutas podem ser violentas, na forma de assassinio de dirigentes, guerras, revoluções e golpes de estado, ou pacíficas, por meio de eleições e plebiscitos (MARX, 1847).

O pensamento político se desenvolve na Grécia clássica, entre os séculos IV e V a.C., período da história humana no qual o era englobado pensar mítico pelo pensar racional, vários foram os fatores que a originaram o pensamento político, entretanto, o surgimento da *polis* foi um o elemento decisivo para que este campo se criasse em bases no mundo grego, e, assim, nas cidades, surgisse a grande preocupação em como administrar bem a *polis*.

Antiguidade grega pré-filosófica instaurou a experiência democrática da *polis*. Trata-se de um modo inédito de convivência, de imortalização do mundo humano no seio da natureza imortal, ou seja, um meio de salvaguardar a dimensão genuinamente política do mundo e do homem, preservando o “lado público do mundo”, mantido e instaurado pelos processos decorrentes da iniciativa de agir e falar. Muito mais que uma mera mutação nas organizações sociais antigas, a fundação da *polis* é uma autêntica instauração do político ou do advento do plano político. A *polis* democrática é o mundo politicamente organizado, no qual cada homem livre pode se inserir por meio da ação e do discurso, para além dos diferentes estatutos sociais, familiares, territoriais, religiosos que separavam os indivíduos em antigas solidariedades e dependências tradicionais. A fundação da *polis* instaurou a esfera pública na qual o mundo é maximamente o assunto de homens plurais reunidos na modalidade da ação e do discurso. (ARENDDT, 2001, p. 217, **grifo do autor**).

O surgimento da política no mundo grego eclode de maneira complexa pelos ideais de homens e sociedades pensadas pelos filósofos, com interesse no papel do Estado e a sua organização acompanha o pensamento científico e filosófico desde a Antiguidade, podendo ser Aristóteles considerado o grande fundador da ciência do Estado.

Posteriormente, com o advento das constituições escritas, a ciência do Estado tomou novo impulso, pois o estudo da organização é facilitado pela codificação de suas normas fundamentais, do que decorria o interesse e a necessidade por indagar-se sobre o surgimento e evolução dos Estados e das instituições e sobre como se articulavam as sociedades políticas.

A Teoria do Estado (TE) cultivada como uma ciência autônoma na Alemanha, em seu primeiro momento “propõe investigar a específica realidade da vida estatal que nos rodeia. Aspira compreender o estado na sua estrutura e função atuais, o seu devir histórico e as tendências de evolução” (HELLER, 1968, p.21), passa, então, a dedicar-se ao estudo referente ao Estado em si (fenômeno da história política e da vida social), sintetizando conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos e psicológicos, mediante os quais se busca o aperfeiçoamento do Estado, procurando captar as suas características, o seu aparecimento, transformação e as várias formas, ideias e fins, deve ser analisada sob o método complexo, como a totalidade da vida social considerada desde o ponto de vista de uma ordenação territorial. Heller (1968, p. 117) defende que o Estado seja estudado, já que ele “[...] não pode ser visto como um setor isolado e independente de toda atividade social. Esta separação impede a compreensão do fenômeno estatal”.

A Ciência Política essencialmente busca, prover uma visão clara do que seja um *bom governo*, que promova o bem comum. “Mesmo que na análise da história tenhamos um mau governo retratado, é a Ciência Política que apresentará críticas e modelos que devam ser seguidos a fim de buscar o já citado *bem comum*” (DE CICCIO; GONZAGA, 2011, p. 180, grifo do autor). Sendo assim, seja de maneira expressa ou com algo taticamente suposto, o conhecimento da realidade política e sua valorização encontram-se unidos para melhorar a consciência democrática dos cidadãos.

Para falar da realidade política, primeiramente precisamos compreender que as funções do Estado foram se reformulando ao longo do processo histórico em razão de uma sucessiva mudança de paradigma.

Existem várias manifestações do fenômeno poder, mas todas elas assumem um caráter político em função da socialização da sua finalidade. O poder seria uma força que surge da consciência coletiva, destinada a manter uma ordem social desejável.

Segundo Bonavides (2001, p. 26) “O Estado como ordem política da Sociedade é conhecido desde a antiguidade aos nossos dias. Todavia nem sempre teve essa denominação, nem tampouco encobriu a mesma realidade”. Entretanto, é posteriormente com Hegel que se tem o mais importante estímulo para a teoria do estado, com seu método idealista,

Hegel foi o primeiro a desenvolver uma conceitografia em torno do termo Sociedade Civil e a estabelecer os limites existentes entre esta e o Estado, ou seja, foi o primeiro a pontuar a diferença existente entre Estado e Sociedade Civil preocupando-se em destacar a cada instância sua própria esfera de ação. (SILVA, 2013, p.54).

Segundo o pensador o círculo de ação do homem articula-se, em um tripé composto pela família, sociedade civil e Estado, este se apresentando como expressão suprema da liberdade, isto é, para Hegel o Estado emerge como a envergadura de realização do indivíduo onde ele usufrui de sua liberdade a externamente, autenticamente moral (HEGEL, 1990).

Se fosse aplicado na prática o Estado Hegeliano seria focado no liberalismo, a acumulação do capital em detrimento ao bem-estar das massas tornariam as classes menos favorecidas submissas a uma forte centralização de poder numa esfera federal.

A concepção do Estado hegeliano, que considera o Estado antes mesmo que o ser humano, é rompida por Marx. Ao propor uma concepção materialista o Estado passa a ser entendido perante as relações sociais, as representações ideológicas (SILVA, 2013).

Verificamos que para Hegel, o direito é aquilo que o Estado diz que é direito. Já Marx percebe que o direito, na verdade, é a imposição das classes sociais dominantes sobre as classes sociais dominadas, daquelas a fim de proteger a propriedade privada. A liberdade na constituição seria a liberdade contratual e o direito apenas o de posse da propriedade; Hegel enxergava o Estado como necessidade externa e fim imanente da família e da sociedade civil. (DULTRA, 2013, p.39)

Inicialmente Marx não vê o Estado como fundado da sociedade civil, ao contrário disto enxerga a sociedade civil como a elucidação do surgimento do Estado, seu caráter e a natureza de suas leis. O Estado e sociedade civil não formam uma unidade de opostos, mas assumem uma associação viciosa no qual a sociedade civil, alienada, admitiria a vigorosidade do Estado, ao mesmo tempo causando o efeito da alienação.

Com os contributos dos estudos de Engels, Marx assume que o estado é um estado de classe, o qual tem a função de refrear as diferenças de classes criadas pela parcela economicamente dominante instrumentaliza o poder político, impedindo que a sociedade se aniquile.

Weber (1998) tal qual Marx, percebe o Estado como instrumento de dominação, opressor das classes exploradas pelas classes dirigentes

Para Weber o Estado é uma manifestação histórica da política. Ele mostra que a partir da complexidade das atividades sociais é formada a base de organizações sociais, entre elas, a organização institucional. E a partir desta organização, o Estado é definido como uma forma moderna do agrupamento político, caracterizado pelo fato de deter o monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo sobre um determinado território. (CAMPOS, 2001, p. 12).

É pela concepção do pensador que passamos a ver o Estado também como uma instituição econômica enlaçada a gerencia de finanças públicas ou as empresas nacionalizadas, em um mecanismo interferente em diversos domínios (educação, saúde, economia ou cultura).

Passando pelas teorias apontadas acima, entendemos que o Estado é a vontade de unificação de membros do grupo social, visando o bem comum ou bem público. Vindo do latim, o termo estado significa: posição e ordem, estas as quais transmitem o conceito de manifestação do poder, portanto uma forma de sociedade organizada politicamente, podemos então dizer que o Estado é composto por três elementos essenciais: território, nação e poder.

O território, como elemento essencial de constituição do Estado, estaria para este assim como o corpo para a pessoa humana.

Elemento essencial à existência do Estado é o território, a base física, a porção do globo por ele ocupada, que serve de limite à sua jurisdição e lhe fornece recursos materiais. O território é o *país* propriamente dito, e, portanto, *país* não se confunde com povo ou nação, e não é sinônimo de Estado, do qual constitui apenas um elemento". (AZAMBUJA, 1997, p. 36, grifo original).

Ao falar nação, estamos dando um sentido sociológico por entendermos que a formação do estado está condicionada ao passado e, principalmente, a uma consciência que brota do povo em relação a um projeto futuro. Um território e uma nação facilitam a institucionalização do poder, mas são insuficientes para criação do Estado; é necessário que se estabeleça um sentido do próprio poder.

Elemento essencial constitutivo do Estado, o poder representa sumariamente aquela energia básica que anima a existência de uma comunidade humana num determinado território, conservando-a unida, coesa e solidária. (BONAVIDES, 2001 p. 55).

A legitimidade faz com que o poder seja aceito por todos da comunidade. Tal legitimidade vem de fora, dando ao poder um alicerce mais forte do que somente as qualidades pessoais de quem o exerce, há um constante questionamento da ordem estabelecida porque o Estado se comporta no movimento dinâmico das sociedades políticas. O poder só terá possibilidade de vencer, se integrando e amoldando a esse mesmo dinamismo.

A formação do Estado não é espontânea como o movimento que leva os homens a se reunirem em sociedade. Mesmo sendo uma construção proposital, é o Estado que cria um ambiente indispensável para a vida do homem em sociedade.

Uma das funções essenciais do Estado é regulamentar a luta política, mas mesmo no meio dessa luta, ele tem que garantir a gestão dos negócios para a preservação da coletividade. Para desempenhar essa função, o Estado tem que se “separar” dos integrantes do poder, ou seja, dos interesses particulares e servir aos interesses da coletividade.

Ao pensar no Estado e seus domínios logo somos tomados pela a noção de bem público, para melhor compreender as ações do governo sobre a sociedade. Políticas desenvolvidas pelo Estado se conotam ações públicas pelo senso comum, já estas são desenvolvidas por meio da arrecadação de taxas da sociedade para serem redistribuídas de forma universal para a população, neste contexto voltamos nos para os estudos de Jürgen Habermas (1984), com os seus conceitos de Esfera Pública.

Com relação à palavra “público”, Habermas salienta que embora existam vários significados para esta, a dimensão que, aqui, ganha maior importância é a de que um público é sempre um público que julga. Aquilo que é objeto de julgamento é o que ganha publicidade. Ou seja, o surgimento de uma esfera pública significaria, desta maneira, a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. (LOSEKANN, 2009, p.39).

A esfera pública é o espaço ou dimensão comum em que, por meio deste espaço, os membros da sociedade têm uma abertura irrestrita para debater objetos de interesse comum, os assuntos públicos, a ser discutidos pelos atores públicos e privados culminam na formação da opinião pública que age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios.

[...] no jogo que se estabelece entre a formação política da vontade, constituída institucionalmente, e os fluxos comunicativos espontâneos de uma esfera pública não organizada e não programada para tomar

decisões, os quais não são absorvidos pelo poder. Neste contexto, a esfera pública funciona como uma categoria normativa. (HABERMAS, 1992, p. 625).

Tal relação entre sociedade e Estado, usa as formas de comunicação como aproximação entre diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos estabelecendo contornos próprios para as políticas pensadas. É indiscutível que as formas de organização social, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (TAYLOR, 2010).

A importância da esfera pública na concepção de uma política pública reside na manifestação da sociedade por um tema ou necessidade, ecoando na esfera política e fazendo com que os atores políticos tomem de fato a decisão, podendo se materializar na criação de uma política pública. (CARVALHO, 2010, p.79).

A esfera pública introduz uma nova concepção de participação política e da relação entre estado e sociedade, indicando uma arena onde os cidadãos buscam participação política por meio do diálogo, fazendo com que o estado preste contas de suas ações a opinião pública, além disso, enfoca a transmissão dessas informações através de canais institucionalizados (como a imprensa). Portanto, a esfera pública envolve mecanismos institucionais racionais que visam o debate público e o interesse comum, para o conhecimento profundo da própria sociedade que o faz (JOVCHELOVITCH, 2000).

3.2 Políticas sociais

As teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade.

Na Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, a forte intervenção no estatal nas economias de modo capitalista com políticas de redistribuição de renda criou as condições necessárias para a implantação do chamado Estado de Bem-Estar Social.

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HÖFLING, 2001, p.31).

O sistema de acúmulo da sociedade capitalista produz em seu desenvolvimento uma estruturação problemática com relação a constituição e a força de trabalho, o Estado deve “responder” a estes problemas, assegurando as condições materiais de reprodução da força de trabalho e da reprodução da aceitação desta condição (HÖFLING, 2001). Estas podem ser consideradas as funções da política social: contribuir para a resolução dos problemas acima citados, gerando intervenções do Estado para atingir a sociedade como um todo.

Quando se fala em formular e implantar uma política social, a sociedade o faz por conta de alguma insatisfação em relação ao mercado que não consegue distribuir adequadamente a riqueza produzida pelo esforço social. E essa distribuição que deve ser feita, inclusive, pelas políticas sociais do Estado é uma forma de se iniciar um processo para antecipar a libertação do ser humano da sua obrigatoriedade de lutar, durante toda a sua existência, por uma materialidade que garanta a sobrevivência da espécie. (SANTOS et al, 2007 p. 822).

Assim podemos dizer que as políticas sociais focam suas ações no resultados e consequências tomando o processo de construção da política em si como um pano de fundo, o que as diferem das políticas públicas que se focam exatamente no processo de construção da política em si, para obter os resultados.

3.3 A Política Pública

Observou-se nos últimos anos a retomada do interesse no âmbito das políticas públicas na pesquisa acadêmica, não somente no Brasil, como em todo o globo.

Essa emergência temática se dá além do campo ciência política e tem sido justificada por pesquisadores como SOUZA (2003; 2006) por fatores como: a adoção

de políticas restritivas de gasto a partir do século XX, novas visões sobre o papel dos governos após a segunda guerra com a ênfase no ajuste fiscal e principalmente nos países em desenvolvimento a necessidade de impulsionar de maneira eficiente e organizada o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social da população.

Adiante apresentaremos os elementos analíticos, metodológicos e avaliativos que envolvem todo o processo da elaboração, execução até a extinção de uma política pública.

3.3.1 discutindo e definindo conceitos: afinal o que é e de onde veio a política pública

Assim como a própria área da Ciência da Informação, o campo de estudo das políticas públicas é recente, o que gera uma gama de diversas definições, o que permite aos pesquisadores abordar o assunto de diversos ângulos enriquecendo o campo teórico.

As políticas públicas se consolidaram nos últimos sessenta anos como um corpus teórico próprio, com um vocabulário voltado para a compreensão dos fenômenos políticos-administrativos que cercam este universo (SECCHI, 2012).

Secchi (2010 p. XI) explicita que “O ano de 1951 pode ser considerado o marco do estabelecimento da área [...]. Embora na década de 1930 aparecessem contribuições teóricas da análise racional das políticas”.

Ontologicamente as raízes das políticas públicas como disciplina acadêmica surgem nos Estados Unidos com uma abordagem multicêntrica sem o rigor dos desdobramentos teóricos estadistas característicos das vertentes europeias, em linha gerais as discussões norte americanas não se voltavam as bases epistemológicas da influência do estado, admitindo também que atores não estatais decidam e liderem os processos de elaboração e manutenção de uma política pública (PARSONS, 2000).

Segundo Secchi (2010), nas línguas latinas como o português o termo política pode assumir duas conotações, que são sanadas na língua de matriz inglesa pela divisão clara do termo perante seus significados em dois: *politics* e *policy*.

A política advinda de *politics* pode ser definida como: atividades de obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder estatal sobre o

homem, já no sentido de *policy* se relaciona as orientações para a decisão e ação de como realizar soluções pacíficas referentes a problemas advindos dos bens comuns (BOBBIO, 2002).

Dye em 1984 sintetizou as várias definições em uma simples sentença do que considera uma política pública “diretriz do que o governo escolhe fazer ou não fazer”, consideramos que essa afirmação é válida levando em consideração que no início as políticas públicas eram tratadas como o dispositivo de saída do sistema político, fazendo com que os pesquisadores se concentrassem apenas em demandas e articulações de interesse do governo.

Dessa forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política, os estudos recaíam nos processos de formação de políticas públicas, o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área. (FARIA, 2003 p.21).

Entretanto, através das considerações de Heidermann (2010, p.31) observamos que

A perspectiva de política pública vai além das perspectivas das políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa não é a única instituição a servir à **comunidade política**, isto é promover políticas públicas. (grifo do autor).

A essência de uma política pública é o embate de ideias e interesses que envolvem o **problema público**, que pode ser representado pela figura 2 abaixo como a distância entre uma situação ideal e a realidade encontrada na sociedade.

Figura 2 – Esquematização da definição de problema público



Fonte: SECCHI (2012).

Para que este problema seja considerado de caráter público é necessário que exista um interesse social comum de que esta situação é realmente a ideal, sendo assim em alguns casos na elaboração de uma política deste caráter é possível encontrar cooperação entre setores governamentais e privados, esclarecendo que o contexto de uma política pública existe além das fronteiras das demandas emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, contudo, não podemos negar que se torna mais visível neste contexto.

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles pesquisadores que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. (EVANS; RUESCHMEYER e: SKOCPOL, 1985 apud SOUZA, 2003, p.27).

Sendo assim, no processo de formulação de uma política deste tipo é necessário que o grupo atores participantes se identifiquem com os problemas (ou suas respectivas causas) para melhor direcionar os recursos aos resultados esperados (ELSTER, 1978).

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

Elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais”

são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002, p.2 grifo do autor).

Mas afinal, como podemos definir as políticas públicas? A definição mais tradicional vem de Lasswell em 1936: “Quem ganha o quê, quando e como”. O autor considerado como um dos pais da política pública assinala uma definição em que explana que esta ciência política pode ser pensada como um fluxo de decisões públicas, orientado ao equilíbrio social e condicionado pelas reações que o provocam.

Peters (1986) segue o mesmo raciocínio ao definir a política pública como soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de incumbências, e que influenciam a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p.28)

Souza (2006, p. 6), faz o resgate teórico-conceitual e aponta que

[...] a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação, mesmo assim procuram em suma maioria colocar nas pautas institucionais e

governamentais, as necessidades de demandas sociais gestadas em lutas e mobilizações sociais, visando ampliar e efetivar a significado da cidadania.

3.3.2 Os quatro fundadores e suas contribuições ao campo de estudo

Considera-se que este ramo do conhecimento contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell (1958), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965), que apresentaram conceitos norteadores dos estudos de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Apesar de a produção acadêmica sobre políticas públicas ter evoluído consideravelmente desde os pioneiros esforços de teorização e “modelização” dos seus “pais fundadores”, suas formulações iniciais continuam a influenciar a literatura teórica, as pesquisas empíricas e os métodos de análise que caracterizam a produção acadêmica contemporânea sobre políticas públicas. (SOUZA, 2003, p.39).

Um dos primeiros autores reconhecidos como consolidador da teoria deste campo de análise e do enfoque das fases foi Harold Lasswell, um cientista social que

Introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos [19]30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. (SOUZA, 2006, p. 23 grifo nosso).

O autor volta a ser destaque em 1951 com o livro: *The Policy Sciences* onde propõe uma simplificação através de uma divisão do processo de construção e desenvolvimento da política pública em sete estágios: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação.

Segundo Parsons (2001) a proposta visa entender a construção de políticas governamentais de uma maneira simples através da linearidade, porém recebeu várias críticas a respeito da limitação do âmbito atingido, o governamental, já que nem todas as políticas se restringem ao aparelho estatal.

Trajetóricamente após Laswell as teorias de Hebert Simon são marcantes no campo das políticas públicas, ao publicar sua obra: *Administrative behaviour: a study of*

*decision making processes in administrative organization*⁶ em 1947, o autor foca na escolha humana e na tomada de decisões administrativas para explicitar os problemas organizacionais, definindo três distintas fases neste processo: inteligência, desenho e escolha.

Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. (SOUZA, 2006, p.24 grifo nosso).

Um dos críticos das teorias de Lasswell e Simon, foi Charles Lindblom, outro precursor no campo, suas críticas se focavam principalmente na racionalidade linear do modelo de divisão de Laswell. Para o autor, pensar a política como se esta fosse um processo meramente administrativo dividido em etapas, não permite a incorporação da flexibilidade e dinamismo necessário para atingir os objetivos. Sendo assim, propõe um modelo analítico que considera a interação entre as fases, retirando a linearidade trazendo uma perspectiva mais realista, avaliando que “processo político e decisório é um processo interativo e complexo, sem início ou fim” (LINDBLOM,1981).

As regras democráticas limitam as disputas entre os líderes políticos a formas mais moderadas mediante troca de favores, ou alianças que permitam a utilização de recursos e esforços promocionais. São feitas ameaças de recusa de cooperar, retirada de fundos, crítica pública [...]. (LINDBLOM, 1981, p. 51).

⁶ Comportamento administrativos: um estudo da tomada decisão em processos de organização administrativa (tradução nossa)

Segundo Rey (2014) Lindblom buscava fundamentar em sua concepção pluralista as políticas como um jogo de poder entre elites, focando na disputa de grupos de interesse (empresários e outros setores interessados) pelo poder.

A dominação, então, agora é realizada por grupos de pressão e não apenas por uma elite com interesses unidirecionais. A disputa pelo poder ocorre cabalmente por formas de intercâmbios entre as elites, a fim de conseguirem o máximo proveito para seus desejos e benefícios. Ademais, Lindblom afirma que as pessoas desejam um processo democrático na criação e desenvolvimento de políticas públicas, mas também querem a soma de conhecimentos técnicos aliados ao processo. Nessa feita, então, a melhor opção seria um grupo reduzido de formuladores, uma vez que qualquer decisão sobre política pública demandaria tempo e custos, além de falhas e conflitos de valor. (REY, 2014, p.2).

Adiante na história, David Easton abre um novos lócus de estudo na área ao propor que a política pública se baseia num paradigma semelhante ao sistema biológico. Ele propõe que a atividade política seja analisada em marcos de um sistema que compreende uma série de processos que necessitam ser conservados em equilíbrio a fim de que esta atividade possa continuar a viver.

Ao propor a teoria dos sistemas o autor considera a vida política como uma ação processual que engloba entradas de cenários externos (econômico, religioso, cultural), que se transformam em respostas para quais decisões políticas devem ser tomadas, estas, por sua vez, reagem sobre o ambiente social circundante, provocando, consecutivamente novas perguntas (BOBBIO, 1993).

Easton (1953) dá sua definição de sistema como um conjunto qualquer de variáveis, porém este desconsidera o grau de inter-relacionamento entre elas.

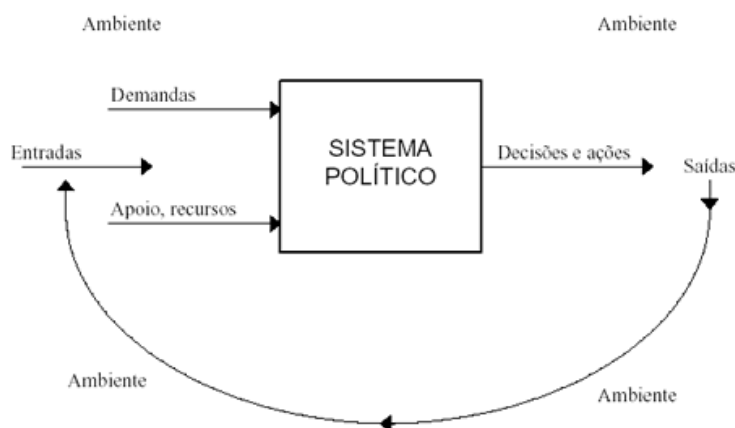
O objetivo das suas análises é auxiliar a compreender e explicar alguns dos aspectos do comportamento da sociedade, sendo de grande relevância identificar antes se o conjunto selecionado é realmente um sistema digno de análises. Contudo, esse modelo descreve que é essencial apresentar o ambiente sistêmico por meio de variáveis essenciais. (ALMEIDA; REBELLATO, 2006, p.11).

A teoria proposta por Easton bebia da fonte dos estudos de Ludwig Von Bertalanffy (1937). O sistema cíclico que este apresentava caracterizam muito bem o pensamento sistêmico da década de 1930. Para Almeida e Rebellato (2006 , p.11),

o modelo tem o intuito de generalizar as variáveis para que o método apresente controle do impacto no contexto sobre o sistema. Assim, há possibilidade de se reduzir enormemente a variedade de influência sobre o número de indicadores. Logo, utilizar-se-ão de variáveis que condensem as maiores e mais significativas influências do contexto por meio de poucos indicadores para explicar a inter-relação entre input e output dos sistemas.

Por meio do estudo de elementos combinados, é criada uma representação de todo organizada, com objetivos em comum, abaixo (figura 4) podemos ver a sistematização de Easton sobre o sistema político.

Figura 3 – sistematização de Easton sobre o sistema político



Fonte: EASTON (1965)

Esta visão do autor traz um olhar sobre a política como “um grupo de organizações complexas, conectadas umas às outras por dependência de recursos” (HAM; HILL, 1993 p.22), abordando claramente a dependência entre organizações.

De fato, aplicada às organizações, a teoria dos sistemas permite analisá-las como conjunto de entidades mais ou menos interdependentes e constituídas de partes, que são variáveis mutuamente dependentes. Além disso, alguns temas são mais ou menos comuns às teorias da organização e dos sistemas: os agregados de indivíduos inseridos no sistema, as relações entre os indivíduos e o ambiente do sistema organizacional, as interações dos indivíduos dentro do sistema e as condições necessárias para garantir a estabilidade do sistema. (DAGNINO et al, 2002, p.35).

As considerações teóricas dos quatro principais autores das políticas públicas fundamentam até hoje pesquisas no campo, é a partir destes ou se opondo a essas teorias que surgem os diversos tópicos que abordaremos na sequência desse capítulo.

3.3.3 Tipos de políticas públicas

Após explicitação teórica dos quatro principais e mais marcantes autores do campo de políticas públicas abordaremos as questões referentes aos tipos das políticas públicas, já que estas são diferenciadas quanto as variáveis existentes, sendo assim, as tipologias são instrumentos de classificação que enquadram tais características em moldes pré-determinados.

A ciência política tradicional sempre encarou as *policies* como um resultado das dinâmicas de enfrentamento, disputa do poder e resolução de interesses entre atores (*politics*). Ou seja, sendo *politics* a variável independente não havia por que perder tempo estudando as *policies*, pois estas não passavam variáveis dependentes. David Easton e seus seguidores da escola de pensamento sistêmico das ciências políticas entendiam as políticas públicas como um produto do processo político que transforma *inputs* (demandas e apoios) em *outputs* (decisões e ações). (SECCHI, 2013, p.23).

Em 1964, Theodore J. Lowi propõe uma nova maneira da sociedade política⁷ enxergar as relações entre a política como recurso de exercício do poder (*politics*) e as políticas públicas.

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. (SOUZA, 2006, p. 28).

⁷ São sociedades políticas todas aquelas que, visando criar condições para a consecução dos fins particulares de seus membros, ocupam-se da totalidade das ações humanas, coordenando-as em função de um fim comum. A sociedade política de maior importância devida a sua capacidade de influir e condicionar, bem como sua amplitude é o *estado* (LOPES, 2013, p.12 grifo do autor).

Assim segundo Lowi (1964) podemos dividir as políticas públicas de acordo com os impactos que podem trazer aos seus beneficiários, ou seja seu impacto social como podemos verificar a seguir:

- Distributivas – geram benefícios individuais ou concentrados para grupos específicos de atores, geram cursos difusos em toda sociedade.

Exemplos: subsídios governamentais, renúncias fiscais...

Segundo Lowi essa tipologia é a menos conflituosa em um jogo como o próprio define como “toma lá, dá cá” (*logrolling*), porém existe uma grande dificuldade na delimitação do público beneficiado.

- Redistributivas – geram benefícios concentrados em categorias de atores, retirando recursos de um grupo de atores para beneficiar outros, o que provoca conflitos;

Exemplos: cotas raciais, programas de reforma agrária.

Lowi denomina esta política de redistributiva pela contraposição de interesses claramente antagônicos.

- Regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores (padrões) para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Exemplos: regras de trânsito, éticas em assuntos como o aborto e eutanásia.

Para Lowi as políticas regulatórias se desenvolvem com predominância em dinâmicas pluralistas, onde a aceitação ou não da política é proporcional as forças dos atores e interessados.

- Constitutivas: definem as competências, jurisdições e regras das disputas políticas.

Exemplo: regras do sistema político-eleitoral

Lowi define as tipologias como *Meta-polícies*, já que são regras sobre os poderes e sobre as próprias regras, que moldam a dinâmica política, causam conflitos entre os atores diretamente interessados e os entes sociais, sendo elas responsáveis pelo equilíbrio do poder.

Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e

não universal, políticas redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social. É necessário, em relação a cada tipo de política, verificar quais são as estratégias em determinadas conjunturas. (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Ressaltamos que os limites entre os quatro tipos de políticas não são facilmente visualizados, cada política pode agregar mais de um tipo se mesclando em diversos aspectos. Como Hofferbert (1966), destacamos as tipologias criadas para a classificação de políticas públicas como devidamente apropriadas para os estudos de avaliação destas políticas e não para fundamentação do processo decisório.

Assim o uso dessas tipologias é útil para os estudos entre setores, níveis de governo e a partir desta comparação é possível determinar em quais pontos as políticas públicas a serem implantadas irão motivar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, como parte fundamental para a formulação de uma política de cunho público.

3.3.4 Formulação de políticas públicas e suas variáveis – processos, atores e papéis

Durante a formulação de uma política pública existem aspectos que merecem atenção através de uma perspectiva de fluxo ou processo, a corrente racional-compreensiva⁸ trata a política pública como um conjunto de estágios ordenados de identificação do problema, levantamento de alternativas, e escolha de um curso de ação. Sendo assim, neste ponto do trabalho apresentaremos variáveis de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2006) para a formulação de uma política pública de qualidade, são eles:

⁸ A corrente citada se baseia no modelo racional-compreensivo, maneira de pensar políticas públicas como o resultado de processos de cálculo racional e de busca pelas melhores alternativas destacando-se pela forte crença na possibilidade de prever resultados e pela ênfase metodológica em técnicas de análise que utilizam equações diferenciais, modelos de teoria dos jogos, modelagens estatísticas e outros tipos de métodos quantitativos. Tal abordagem metodológica contribuiu para a construção de uma visão normativa, predominante ao longo de boa parte do século XX, sobre as políticas públicas, que entendia que estas “deveriam ser” soluções ótimas que atendessem às demandas da sociedade. Essas soluções poderiam ser perfeitamente estudadas e explicadas por meio dos métodos quantitativos. (BARCELOS, 2013, p.147).

a) **Estabilidade:** em que grau as políticas são estáveis ao longo prazo.

Ter políticas estáveis não significa que as políticas não possam sofrer alterações, mas que as alterações tendem a responder a mudanças nas condições econômicas ou ao fracasso de políticas anteriores, não a mudanças políticas. Em países com políticas públicas estáveis, as mudanças tendem a ser gradativas, a aproveitar as realizações de administrações anteriores e a ser alcançadas através de consenso (BANCO..., 2006, p.133).

b) **Adaptabilidade:** em que medida as políticas podem ser ajustadas quando falham ou quando as circunstâncias mudam

É desejável que os países sejam capazes de adaptar as políticas públicas à mudança das condições econômicas e alterar as políticas quando for evidente que elas não estão funcionando (BANCO..., 2006, p.134).

A adaptabilidade evita a volatilidade e as oscilações cada vez que ocorre a troca do poder, envolvendo diferentes grupos do poder.

c) **Coordenação e Coerência:** grau em que as políticas são compatíveis com outras políticas afins e resultam de ações coordenadas entre os atores que participam de sua formulação e implementação.

As políticas públicas são o resultado de ações tomadas por vários atores no processo de formulação de políticas. Idealmente, diferentes agentes que atuem no mesmo domínio de políticas devem coordenar suas ações para produzir políticas coerentes (BANCO..., 2006, p.135).

d) **Qualidade da elaboração e efetiva implementação:** “Uma política pode ser muito bem projetada, passar pelo processo de aprovação sem alterações e, ainda assim, ser completamente ineficaz se não for bem implementada e aplicada” (BANCO..., 2006, p.135).

e) **Ser orientadas ao público:** grau em que as políticas atendem ao interesse público.

A consideração do interesse público refere-se ao grau em que as políticas produzidas por um dado sistema promovem o bem-estar geral e se assemelham a bens públicos (isto é, consideram o interesse público) ou tendem a direcionar os benefícios privados para determinados indivíduos, facções ou regiões sob a forma de projetos com benefícios concentrados, subsídios ou brechas fiscais (isto é, consideram o interesse privado). Esta dimensão está estreitamente

ligada à desigualdade, em particular porque aqueles favorecidos por políticas de interesse privado tendem a ser os membros da elite, que têm influência econômica e política para direcionar as decisões políticas a seu favor. (BANCO..., 2006, p.137).

f) Eficiência: medida em que as políticas refletem uma alocação de recursos escassos que assegure retornos sociais elevados.

Um aspecto-chave da boa formulação de políticas públicas é a capacidade do Estado de alocar seus recursos escassos às atividades em que eles tenham os maiores retornos. Este aspecto das políticas está de certa forma, relacionado à consideração do interesse público, uma vez que, quando os formuladores de políticas favorecem indevidamente setores específicos em detrimento do interesse público, estão se afastando da alocação de recursos mais eficiente. (BANCO..., 2006, p.137).

As variáveis apresentadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento facilitam a aplicação das políticas públicas nos diferentes contextos sociais, já que traçam um horizonte de como estas devem ser elaboradas e executadas.

As premissas de uma política pública envolvem a cultura política, a opinião pública, os sistemas sociais e seus diversos interesses, o sistema econômico, o contexto institucional, as relações sociais e a separação dos poderes.

Trata do contexto político-social de surgimento da política, dos atores participantes. Volta-se mais ao esclarecimento de seu processo de construção do que da recomendação prática de como aprimorá-la, constituindo, na realidade, um campo de investigação mais propriamente acadêmico que a perspectiva técnica profissional em que se realiza a avaliação de programas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p.14)

Todo contexto e os atores que nele se envolvem possuem um determinado interesse diante de uma política pública que muitas vezes não é comum aos do governo assim são necessários debates para se chegar a um consenso, tais debates são desenvolvidos nas chamadas arenas sociais.

As arenas sociais aparecem nos estudos de Lowi (1972) como um conceito abstrato

As arenas sociais não são um espaço físico, tampouco um espaço institucional como assembleias legislativas ou congresso nacional. Arenas são padrões de interação dos atores envolvidos em uma política pública, configurados a partir da combinação das suas preferências e das suas expectativas quanto a ganhos e perdas em

uma política potencialmente em fase de formulação. Em outras palavras, arenas constituem certa disposição das forças políticas e das relações entre atores políticos em torno de uma política pública que pode vir existir. Com base nisso se mobilizam o conflito, as alianças e as negociações entre atores. (RUA; ROMANINI, 2013, p.12).

Para a efetivação das políticas públicas, devem existir atores participantes, que normalmente podem ser categorizados em: representantes de instituições do Governo Federal, de governos estaduais e municipais, os atores do setor privado e demais organizações (associações e entidades de classe, organizações religiosas, partidos políticos, entre outros) e sociedade civil organizada. Líderes de opinião, doadores internacionais e provedores de assistência técnica também podem fazer parte desses grupos de influência. (BRUNACCI, 2006)

A própria definição do que seja uma política pública é histórico e amplamente discutida. No entanto, concorda-se que para que se tenha uma política pública, de fato, deve haver uma demanda-problema a fim de buscar, por meio da ação (ou inação) pública, uma resposta (ou resultado) que o solucione. Dessa maneira, as políticas públicas estão intimamente ligadas ao papel desempenhado pelo Estado e/ou outros atores, a fim de atender demandas públicas. (REY, 2014, p.1).

Na Ciência Política, os atores são os indivíduos que desempenham um papel na arena política, estes se tornam relevantes para no processo de uma política pública, por ter capacidade de influenciar de maneira direta ou indireta o conteúdo e as ações de uma política deste caráter. (SECCHI, 2010).

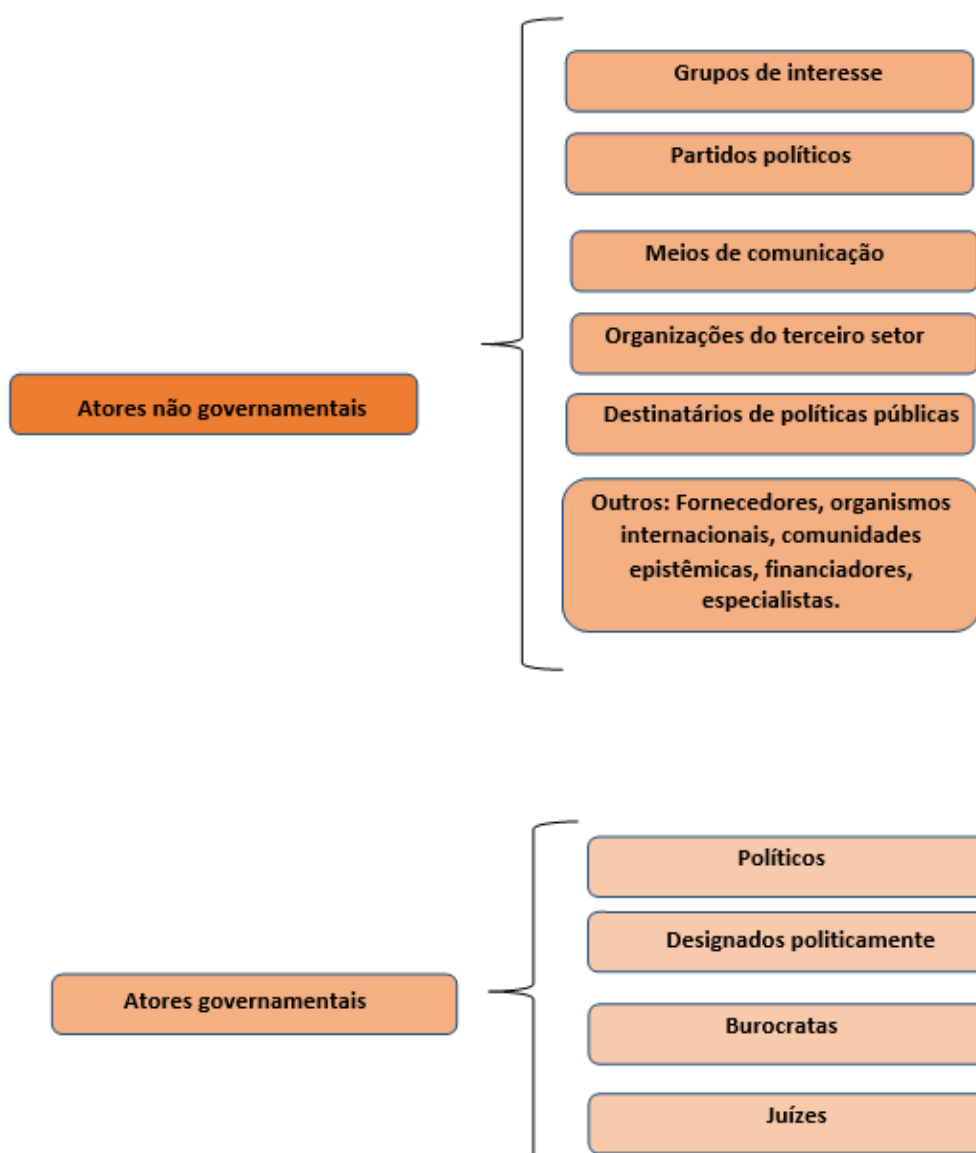
Os atores podem ser caracterizados, para facilitar a distinção daqueles divergentes e agrupar os que possuam as mesmas características, assim é possível categoriza-los em atores individuais, os quais agem intencionalmente em uma arena e os coletivos, que são grupos e organizações que agem nessas arenas. Ainda segundo Secchi (2010, p.100)

O fato de alguns atores aparecerem em uma mesma categoria não quer dizer que tenham um comportamento ou interesses em comum. A saliência de interesses de atores é idiossincrática ao contexto político em estudo. Um mesmo ator pode ter diferentes interesses em diferentes contextos, ou em fases diferentes de elaboração da política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos conflitantes.

Sempre é questionável quem são os atores sociais mais importantes do processo de decisão política e como são caracterizados (figura 4), se articulam e

influenciam as políticas públicas, porém essa influência é dependente dos diversos setores e dos grupos que predominam em cada setor vai depender do grau de organização e articulação desses grupos envolvidos na formação da política. A luta entre eles por recursos materiais e simbólicos vai definir e redefinir constantemente aqueles que exercem a hegemonia no setor, bem como o peso desse setor em relação à sociedade considerada em sua totalidade.

Figura 4 – Categorização de atores políticos



Fonte: SECCHI (2010).

A articulação desses vários atores públicos e privados por meio de diferentes espaços (mídia, manifestações, lobbies) vai definir a capacidade de influência que cada um deles terá no processo de decisão política. Em geral, os estudos sobre decisão política têm demonstrado que existe distribuição desigual na capacidade dos diferentes grupos de influenciar a política e que essa desigualdade está associada, principalmente, ao poder econômico.

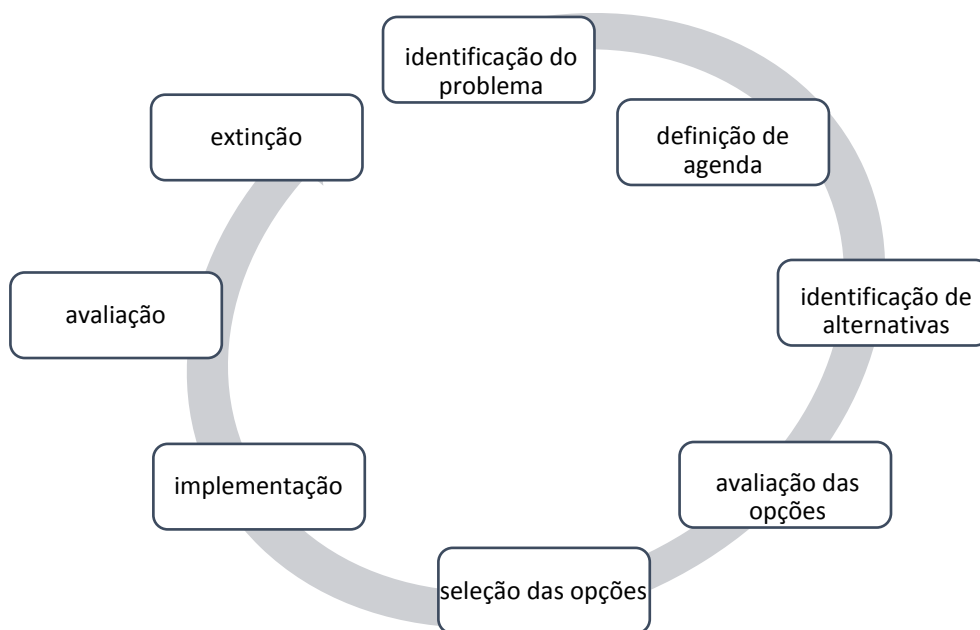
3.3.5 Ciclo de políticas públicas

Neste trabalho focaremos os estudos no processo de formulação de política no intuito de fundamentar as análises futuras (capítulo 6). Para tanto, é importante que se compreenda o ciclo que as políticas públicas passam.

A tipologia de formulação cíclica, também conhecida como ciclo de políticas públicas, enxerga o processo de elaboração como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado.

O ciclo da política pública é constituído segundo Howlett e Ramesh, em 1993, com o objetivo criar uma visualização e interpretação organizada da vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes dos seguintes estágios esquematizados na figura 5.

Figura 5 – Representação do ciclo da política pública.



Fonte: Howlett e Ramesh (1993).

O diagrama cíclico apresenta o processo político e sua realidade empírica, a separação em etapas se presta aos objetivos de evidenciar, ao longo do processo, ênfases diferenciadas no planejamento, operação ou avaliação dos programas.

Talvez a principal contribuição da ideia do ciclo da política seja a possibilidade de percepção de que existem diferentes momentos no processo de construção de uma política, apontando para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos, possibilitando maior conhecimento e intervenção sobre o processo político. Já as desvantagens estão por conta da inevitável fragmentação que a ideia de fases provoca em qualquer análise a ser empreendida. Por mais que haja um cuidado do analista em não isolar uma fase e seus efeitos, há sempre o risco de tratá-la de forma estanque. Além disto, a aplicação deste(s) modelo(s) carrega consigo o perigo de se imaginar que a política se comporta de forma previsível. Imagina que é possível fazer um estudo das políticas que seja neutro ou que abstraia totalmente das disputas e intenções dos analistas. Ou seja, há dificuldade de se discutir as implicações políticas na afirmação deste ou daquele modelo. No entanto, esta é uma questão que se apresenta para todo o campo de análise da política e não apenas para o uso específico deste modelo. (RESENDE, 2011, p.3).

Justifica-se ainda para fins didáticos e para orientar o recorte analítico na pesquisa acadêmica na área de forma heurística, ou seja, possibilitando a organização das ideias facilitando a comparação entre casos heterogêneos.

A divisão das fases é uma forma heurística de divisão e compreensão das etapas da formulação de uma política pública, assim comentaremos cada uma das seis fases existentes nesse modelo.

A primeira fase focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando se assume que algo deve ser feito a respeito destes, para isso, voltamos a definição dada no início deste capítulo (ver item 3.1) sobre o problema público que pode aparecer subitamente, ou ganhar importância aos poucos.

Segundo Rua (2007, p.6)

Um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política. Para que uma situação ou estado de coisas se torne um problema político e passe a figurar como um item prioritário da agenda governamental é necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características:

- (a) mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados;
- (b) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo;
- (c) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema.

O reconhecimento e a definição dos problemas afetam a definição da agenda, apresentada como a segunda fase.

Uma vez que um problema qualquer tenha se tornado prioridade governamental, é iniciado o processo de formulação de alternativas, tal processo começou a ser estudado por Kingdon (1984) ao analisar duas políticas públicas (saúde e transportes) desenvolvidas nos EUA assim,

Buscava compreender como alguns temas relativos a estas áreas passaram a integrar a agenda política governamental e como foram geradas as alternativas para a tomada de decisão [...] Kingdon percebeu, com sua pesquisa, que os problemas se apresentavam de forma distinta e ganhavam diferentemente a atenção do governo. Assim, denominou AGENDA a lista de assuntos e problemas sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento. Destacou também que o processo de mudança da agenda se altera à medida que os cenários políticos se modificam e diferenciou três tipos de agenda no processo político, visando ressaltar os diferentes *status* dos problemas no âmbito de uma política de governo. (RESENDE, 2011, p.5).

Viana, 1996 esclarece que os três tipos de agenda constituem uma tipologia útil para a análise de casos concretos, sendo elas:

1. Não-governamental ou sistêmica: caracterizada por assuntos e temas reconhecidos pelo público em geral a tempos, no entanto, não tem a atenção do governo;
2. Governamental que inclui a pauta dos principais problemas formais assumidos pelo governo e autoridades;
3. De decisão: que é caracterizada pela lista das dificuldades e assuntos que efetivamente serão decididos em curto prazo.

Para Cobb e Elder (1983) existem dois tipos de agenda, a política, também chamada de agenda sistêmica, que envolve o conjunto de temas que a comunidade política define como propicia a intervenção, a segunda pode ser chamada de agenda formal ou institucional, pois elenca problemas e temas que o poder público já decidiu como prioridade para ser enfrentados.

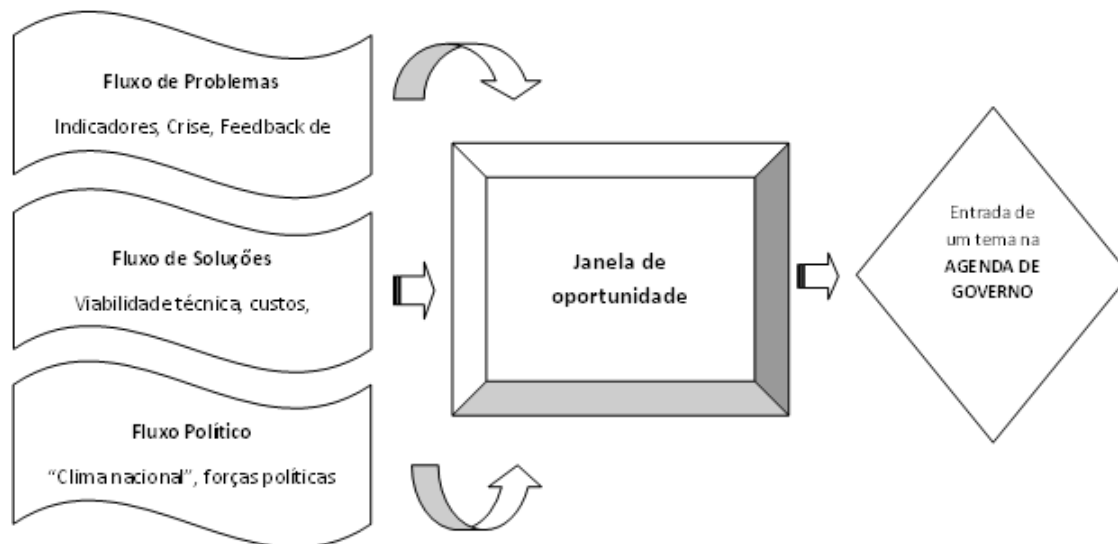
Além destas a agenda da mídia destaca os problemas que recebem mais atenção nos meios de comunicação, apesar de fora do núcleo político, esta agenda possui um grande destaque, pois é capaz de gerar a opinião pública, que muitas vezes interfere na definição de ordenar prioridade das agendas citadas acima, fazendo com que os problemas entrem e saiam da agenda política, conforme a oscilações de recursos financeiros, humanos, falta de pressão social, entre outros.

Ainda segundo Kingdon (1984) e seu modelo de fluxos múltiplos,

a entrada de novos problemas na agenda decisória não é produzida por um processo necessariamente incremental, mas resultado de uma combinação de fluxos independentes que atravessam as estruturas de decisão – o fluxo de problemas (*problem stream*), o fluxo de soluções e alternativas (*policy stream*) e o fluxo da política (*politics stream*). Com isso, destacou que os formuladores de políticas não conseguem atuar em todos os problemas o tempo todo e que apenas alguns temas são capazes de atrair a atenção dos formuladores e entrar na agenda decisória, produzindo muitas vezes mudanças abruptas, a partir da produção de uma combinação inédita. (RESENDE, 2011, p.6 grifo do autor).

Existem problemas que ganham ou perdem espaço progressivo na agenda, já outros podem ser cíclicos ganhando e perdendo espaço de acordo com os episódios sociais.

Figura 6 – Os três fluxos do processo decisório e a entrada de temas na agenda de governo.



Fonte: Kingdon (1984).

Após a definição das agendas, foca-se na formulação de alternativas que o governo local aceita como provável solução para os problemas apontados, essa seria a terceira fase.

A etapa da identificação das alternativas de um problema já definido, é o momento em que se elaboram métodos, estratégias, ações que resultaram no objetivo específico, que pode ser alcançado por diversos caminhos que requerem diferentes recursos e técnicas, humanas, materiais e financeiros para que geralmente buscam influenciar o comportamento da população, através de estímulos positivos (premiação), negativos (coerção) ou na construção e senso de moral no caso da conscientização (SECCHI, 2010).

Os objetivos das políticas públicas contêm uma referência valorativa e explanam as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo, assim, da sua capacidade de organização e negociação.

Neste contexto é que surgem as decisões. A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais: decretos, resoluções, etc. Nada disso garante que a decisão se transforme em ação e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida. Ou seja, não existe um vínculo ou relação direta entre o fato de uma decisão ter sido tomada e a sua implementação. E também não existe relação ou vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação. (RUA, 2007, p.12).

Para Lindblom (1985), o processo decisório não é metódico, com princípio, meio e fim definidos e sim um percurso complexo onde soluções para um determinado grupo podem representar problemas para outro. Esse seguimento envolve interação, influência, controle e poder, e sua completa compreensão coloca a necessidade de conhecer as características dos participantes (atores), os papéis que desempenham a autoridade a que estão submetidos e sua relação, o autor ainda completa que mesmo num sistema democrático o processo de formulação de políticas restringe-se a um pequeno grupo, porque a democracia direta é inviável nas sociedades modernas.

A quarta fase vem após todas as decisões cabíveis serem tomadas, focalizando a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante.

A fase de implementação sucede a tomada de decisão e antecede os processos de avaliação, onde são produzidos os resultados concretos, todas as regras e rotinas são transformados em ações.

O campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras. Essa é uma característica explícita na literatura internacional. (D'ASCENZI, 2006, 101).

Devido ao enredamento de elementos que convergem na fase de implementação, costuma-se enxergar este ponto como um momento crucial no ciclo da política, que traz importantes contribuições para a análise de políticas.

Vários fatores podem interferir na implementação alterando os rumos previstos. São circunstâncias externas ao agente implementador relativas à adequação, suficiência e disponibilidade de tempo e recursos; à característica da política em termos de causa e efeito, aos vínculos e dependências externas; à compreensão e especificação dos objetivos e tarefas; à comunicação, coordenação e obediência. O sucesso da implementação estará também relacionado à adequação de sua direção top-down ou bottom-up ao tipo de política e ao ambiente onde é implementada. Há ainda os fatores relativos às características do processo de negociação, à natureza do foco da política; às ações e relações entre os implementadores e sua capacidade de adaptação e de aceitar e acomodar imprevistos, às características da equipe, a condições políticas, econômicas e sociais. (CARVALHO, BARBOSA; SOARES, 2010, p.9).

O modelo *topdown* infere uma abordagem funcionalista e tecnicista que as políticas devem ser elaboradas pelas esferas políticas, já o *bottom-up* sugere que a política pode ser modificada por aqueles que a usufruem no dia a dia, as autoras ainda os completam da seguinte forma

Observa-se que essas não são mutuamente exclusivas, uma vez que ambas fornecem informações úteis sobre o processo de implementação. Em alguns casos uma abordagem pode ser mais importante que a outra, e em outros casos ambas são igualmente relevantes, embora em diferentes fases do complexo e dinâmico processo de implementação. (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010, p.10).

A quinta fase se pauta nos possíveis efeitos que essa política apresenta, através da avaliação de sua eficiência e eficácia.

Esta última fase do ciclo da política, vem sendo amplamente debatida na literatura pelas distintas concepções atribuídas à própria ideia de avaliação, bem como pelos diversos caminhos metodológicos traçados, em função daquilo que está sendo avaliado e dos objetivos que se pretende alcançar.

Avaliação da política, quando os resultados - entendidos como produtos e metas definidos e esperados num âmbito mais restrito - e impactos - entendidos como produtos sobre um contexto mais amplo e muitas vezes não esperados ou desejados - decorrentes de sua implementação são comparados com o planejado. Ou, no limite, quando a Formulação se dá de forma totalmente incremental, aprovados através de um critério de satisfação dos interesses dos atores envolvidos. É o grau de racionalidade da fase de Formulação e o estilo de Implementação o que define como irá ocorrer a Avaliação. No extremo racional, em que existe uma intencionalidade da mudança de um determinado sistema, a Avaliação é condição necessária. É

através dela que o trânsito do sistema de uma situação inicial a uma outra situação, tida como desejada, pode ser promovida. É a Avaliação que aponta as direções de mudança e as ações a serem implementadas num momento ulterior. Após a implementação dessas, e a avaliação dos resultados alcançados é que, iterativamente, serão propostas novas ações que levarão o sistema a aproximar-se do cenário desejado. (DAGNINO, 2002, p. 33).

É importante ressaltar que na área de políticas públicas não existe um consenso sobre o que é avaliar uma política pública, assim adotaremos a definição de Garcia (2001 p. 31): “Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido “.

A avaliação institucional de uma política pública torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre o impacto, mas sobre resultados e consequências mais amplas e difusas, assim a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e dos resultados que se tornam instrumentos fundamentais para a tomada de decisões e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas (BELLONI, 2000).

Em Faria (2003, p.103) encontramos quatro tipos de avaliação dessas políticas:

Instrumental — depende não apenas da qualidade da avaliação, mas também da adequada divulgação de seus resultados, sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações propostas;
 Conceitual — as descobertas da avaliação podem alterar a maneira como esses técnicos entendem a natureza, o modo de operação e o impacto do programa que implementam. Nenhuma decisão ou ação é esperada, pelo menos não imediatamente;
 Instrumento de persuasão — quando a avaliação é utilizada para mobilizar o apoio para a posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa;
 “Esclarecimento” — “acarreta, pela via do acúmulo de conhecimento oriundo de diversas avaliações, impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as advocacy coalitions, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições”, orientando a agenda governamental.

Após a execução de todas as fases, principalmente a fase de avaliação, pode-se chegar a um momento em que o governo ou os próprios atores consideram o problema público originário daquela política solucionado ou já não é tão impactante, assim entramos na sexta fase do ciclo, a extinção.

De acordo com Guiuliani (2005) uma política pública pode ser extinta mediante a três fatores:

- a resolução do problema originário da política;

- os programas, leis ou ações se demonstraram ineficazes;
- o problema original resolvido ou não perdeu importância naquela sociedade.

Entretanto, o processo de exclusão de uma política pública é muito dificultoso devido aos atores envolvidos. As políticas redistributivas, por exemplo, são difíceis de ser extintas devido aos enormes conflitos entre os grupos beneficiados e os pagadores, as distributivas se tornam as complexas no quesito extinção, pois os pequenos grupos acabam tornando suas ideias maiores do que a da coletividade. Dentre todas, as regulatórias e as constitutivas se apresentam como as menos complexas, mas muitas vezes continuam ativas, pois ficam presas na vagareza e comodidade governamental. (SECCHI, 2010).

Diante do exposto, podemos observar que as políticas muitas vezes acabam encostadas ou ineficientes, porém ativas, pela falta de atividade de atores políticos, o que nos faz pensar que este campo merece destaque em pesquisas acadêmicas.

4 ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA

Neste capítulo primeiramente buscaremos introduzir o histórico do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) no Brasil, onde também apresentaremos os desdobramentos das principais diretrizes adotadas nesse campo.

Seguidamente avaliaremos o ciclo de vida desta política brasileira baseada nas duas fases já existentes deste projeto, tal discussão fundamentará as apreciações sobre a atuação dos profissionais ligados a Ciência da Informação nesse âmbito fundindo ambas as áreas.

4.1 O livro e a biblioteca no Brasil

A história da leitura no Brasil se entrelaça ao desenvolvimento das bibliotecas através dos anos principalmente ligado as bibliotecas públicas, que sempre foram consideradas fundamentais na disponibilização da informação às classes populares, o que segundo Martins (2002, p. 326), nos deve fazer encarar a expressão pública em seu mais denso sentido.

Essa ideia da biblioteca pública como provedora de informação devendo estar presente no cotidiano das pessoas desde a infância, garantindo assim a proximidade e o contato dos usuários com os livros é como citam Paiva e Andrade (2014), legado década de 1960, onde passa a assumir esse papel de prestadora de serviços aos carentes e às minorias da sociedade.

As autoras ainda discorrem que as bibliotecas públicas

de uma forma ou de outra, sempre tiveram, como funções básicas, a coleta, a conservação, a organização e a difusão de informações, e têm buscado, através da difusão do conhecimento, a produção de um bem social. A instituição nunca se dissociou da educação, seja no apoio à educação formal, seja, sobretudo, como espaço de aprendizagem contínua. (PAIVA; ANDRADE, 2014, p.98).

Seguindo esta linha de pensamento em 1994 a Unesco lançou o Manifesto sobre bibliotecas públicas, preconizando em uma lista doze missões para a nova realidade que estas instituições enfrentariam no século XX, já que a Sociedade da Informação traz, em sua envergadura a ampla discussão sobre o acesso à informação, em suma o manifesto demarca que biblioteca pública nesse novo contexto

local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros [...] Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como materiais tradicionais (IFLA/UNESCO, 1994).

Entretanto, o contexto dessa sociedade da informação no Brasil é destacado como um terreno árido, uma vez as disparidades culturais tornam se ligadas a vontade política, já que esta é a única capaz da viabilização de recursos as bibliotecas públicas, para que estas se voltem às suas comunidades e suas diferenciadas (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011)

Para a disponibilização de serviços e matérias prima específicas que possibilitem a igualdade de acesso pautados em documentos e itens que se adequem a necessidade de toda a sociedade que a rodeia, sem distinções como prediz o Manifesto, instituição precisa se ater ao seu valor e missão ante a sociedade, “funcionando como um espaço sociocultural, que dispõe de produtos e serviços informacionais para a comunidade em geral e possuir em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes.” (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p.38)

A informatização de acervos e a criação de redes de bibliotecas no país possibilitam a troca de experiências e a disponibilização de acervos às comunidades, e se faz a partir do pensamento de que a cultura impõe a existência de bibliotecas que atuem como centros de lazer, de memória e mesmo de prazer, sempre que o uso dos recursos valoriza o acervo literário, já que atualmente espera-se que a instituição deve promova amplamente as facilidades oferecidas pelas novas tecnologias da informação para atingir as atuais gerações de nativos digitais

Assim os profissionais destas bibliotecas, que agem como mediadores da leitura e devem ensinar e instruir os usuários a utilizar eficazmente todos os recursos disponíveis *on-line* e no acervo físico categorizando-os, classificando-os e organizando-os. As implicações destas funções para o gerenciamento organizacional são óbvias, pois sugerem em treinamento de pessoal, horas dedicadas para tais finalidades, espaço físico e equipamentos, ambiente adequado, etc. (OLIVEIRA, 2003, p.57).

Ao analisar esse ambiente percebemos que as bibliotecas públicas brasileiras se enquadram em um momento complexo onde fica clara a falta de atendimento da missão, função e objetivos da instituição.

A subordinação das instituições públicas e privadas aos governos, federal, estadual e até o municipal, limitam muito a linha de atuação dos profissionais, pois as ações giram em torno de interesses políticos momentâneos.

Nota-se muitas vezes que com a falta de planejamento das atividades rotineiras os funcionários ficam perdidos ou ociosos e se sentem desmotivados a melhorar o trabalho exercido na instituição, já que nenhum serviço feito de maneira aleatória, sem um planejamento, pode atender às necessidades de informação da comunidade, nem a despertar para novas atividades culturais ou contribuir com seu desenvolvimento.

Outro ponto de grande inferência na falta de efetividade dos serviços prestados por estas instituições públicas está ligado a qualificação dos funcionários que muitas vezes não é adequada para o trabalho em um ambiente complexo como este, a falta de formação e conhecimentos profundos na área prejudica a atuação e a efetividade dos projetos, podendo acarretar em amontoar-se de serviço para o profissional bibliotecário.

O coordenador do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), José Castilho Marques Neto declarou, no caderno atualizado do PNLL datado em 2006 que: “Para ser um organismo vivo, a biblioteca tem de contemplar o conjunto da população e facilitar a interação entre as faixas etárias”, reforçando a ideia de que a bibliotecas devem refletir nos serviços que presta a necessidade informacional de sua comunidade (SILVA, 2007).

Cabe, portanto, aos dirigentes de bibliotecas priorizarem o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e identificar novas funções dentro da comunidade. Criar e manter projetos culturais que visem atender à demanda da comunidade usuária, no que diz respeito a disseminação da leitura e da cultura, é responsabilidade da biblioteca pública. Entretanto, avaliar esses projetos quanto ao atendimento de suas metas é um papel não somente da própria biblioteca, mas, também, de sua clientela, que poderá participar sugerindo, opinando, ajudando a construir uma biblioteca viva, que seja o palco central para a construção do conhecimento. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p.39).

De acordo com Campelo (2003, p.30), os profissionais ligados a biblioteca pública além de “ensinar as habilidades tradicionais (localizar e recuperar

informação), também estão envolvido no desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver”, habilidades que primeiramente estes devem estar conscientes nas sociedades que vivem, fator que muitas vezes falta aos profissionais, a consciência de que as unidades de informação podem atuar como um organismo facilitador da mudança social é um papel político desses profissionais, gerado pelas iniciativas destes promovidos a sociedade, através da liberdade intelectual do pluralismo das coleções e a defesa do livre acesso à informação .

A transformação proposta pelo PNLL de modificar a situação do país por meio da formação de leitores não é uma fácil empreitada, sobretudo, nesse contexto da sociedade da informação, onde os novos suportes informacionais ditam as políticas não somente ligadas às práticas de letramento informacional e a alfabetização cidadã, como todo o contexto sendo necessárias assim ações paralelas de inclusão da população aos elementos tecnológicos.

4.2 Iniciativas Brasileiras – O caminho até a formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura

Nas últimas quatro décadas os governos federais que conduziram o Brasil, têm se esforçado para preencher a lacuna no campo literário, existente no país desde o período imperial e se comprometem, ainda que parcialmente, em um esforço para estimular o hábito da leitura entre os escolares através de programas sociais.

O final da década de 1980 coincide, no Brasil, com a volta ao Estado de direito, com o amadurecimento dos movimentos pela redemocratização e com o início da disseminação do discurso da Sociedade da Informação. Em busca de uma nova configuração de Estado, desvinculada das instituições dos governos da República até então, e, principalmente, dos governos militares da recentemente finda ditadura, os governos civis, desde a década de 1990, empreenderam, sem cessar, mudanças na estrutura administrativa. Assim foram criados, extintos e renomeados: ministérios, secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista e todo tipo de instituições e programas ligados ao governo federal. (PAIVA; ANDRADE, 2014, p.102).

Entendemos políticas e programas de incentivo à leitura no Brasil e no mundo: “como um conjunto de princípios e objetivos de um grupo de indivíduos executados

em uma determinada ordem preferencial que visam edificar um propósito social, a partir da construção de políticas públicas” (MARSULO; CARVALHO; CASTRO FILHO, 2015, p.8).

Assim destacaremos brevemente as principais políticas geradas entre os governos de 1990 a 2012 onde encontramos o segundo caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura que recebe destaque neste texto.

Quadro 2: principais políticas de informação geradas entre os governos de 1990 a 2012.

Ano	Fato
1990	Lei 8.028 - Extingue o Ministério de Ciência e Tecnologia e o da Cultura que é substituído pela Secretaria da Cultura.
1991	Lei 8.313: Lei Rouanet, principal ferramenta de fomento à cultura, via renúncia fiscal dos patrocinadores
1992	Lei 8.029: extingue o Instituto Nacional do Livro (INL, dentro da Fundação Pró Leitura) e cria a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Dec. 99.240: extingue a Fundação Nacional Pró-Leitura (desdobramento da Lei 8.029). Dec. 519: cria o Proler (Programa Nacional de Incentivo à Leitura). Dec. 520: cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) dentro da FBN. Lei 8.490: Recria o Ministério da Cultura (MINC), sem, contudo, reestabelecer a estrutura anterior.
1995	Dec. Lei 1.494: Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).
1996	“Livro Aberto” da FBN. Programa “Uma biblioteca em cada município” do MINC
1999	Dec. 3.049: aprova a estrutura e os cargos do Ministério da Cultura, tendo em sua estrutura a Secretaria do Livro e da Leitura (SLL). Dec. 3.294: Sociedade da Informação.
2000	Livro Verde da Sociedade da Informação.
2001	Regimento do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).
2002	Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB).

2003	Extinção da Secretaria Nacional do Livro e da Leitura. Novo estatuto da FBN. Lei 10.753: Institui a Política Nacional do Livro.
2004	Criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLLL). Programa Fome do Livro. Portaria 234 MINC: Institui o Grupo de Trabalho do livro e da leitura para formular a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas. Lei 11.033: Decreta a desoneração do PIS/Cofins para o livro.
2005	Ano Viva leitura. Lei 11.116: Complementa a lei anterior e permite a utilização dos créditos do PIS/Cofins. Emenda Constitucional 48, institui o Plano Nacional da Cultura.
2006	Lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com texto e objetivos, em 13 de março. Portaria Interministerial 1442 – Institucionalização do PNLL, (Agosto). PNLL: texto programático conceitual (dezembro).
2007	Criação do Instituto Pró-Livro (OSCIP)
2008	Divulgação da 2ª. edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2010 Lei 12.343/10 - Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC PELL – MS PMLL – Canoas/RS
2010	2ª. Conferência Nacional de Cultura Lei 12.244 – Universalização das Bibliotecas nas Instituições Escolares
2011	Publicação do Livro PNLL: Textos e História (2006-2010) Publicação da pesquisa Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil PMLL – Porto Alegre/RS
2012	Divulgação da 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil PDLL – DF Publicação das Metas do Plano Nacional de Cultura

Fonte: Produzido pela autora com base em XXXX

A seguir iremos analisar esse contexto apresentado até a implantação do Plano do Livro e da Leitura em 2006 e nos itens posteriores iremos destacar as ações que o sucederam

Após a apresentação do histórico de ações governamentais no âmbito do livro, leitura, bibliotecas e informações, focaremos as atenções nas iniciativas que influenciaram diretamente o contexto de criação do Plano Nacional do Livro e da Leitura em 2006.

O governo federal brasileiro intensificou as atividades de incentivo à leitura com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), o mais antigo em vigor, instituído em 13 de maio de 1992 pelo Decreto nº. 519, e vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O PROLER foi instalado na Casa da Leitura, no Rio de Janeiro, com o compromisso de requerer ações de valorização da leitura, criando parcerias com comitês que promovem a leitura espalhados pelo país.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), ao longo de vinte e dois anos, provém esforços para consolidar no país uma política pública de Estado, no sentido de viabilizar a leitura e a escrita como práticas sociais visíveis, necessárias e prazerosas para todos os brasileiros

é um programa que tem o objetivo incentivar a montagem, a criação e a ampliação de acervos literários das bibliotecas escolares. Sua função é essencialmente coordenar, disseminar, articular, ouvir as propostas, as ideias para a dinamização de experiências na área da leitura, realizadas nas diversas regiões do país por iniciativas de grupos governamentais e não governamentais. (COPES; SAVELI, 2005, p.2).

A mudança vem se decorrendo principalmente no acesso as obras que passaram a ser disponibilizadas nas escolas, como por exemplo, pelo Programa Nacional de Bibliotecas Escolares.

Em 1997, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) criou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com a intenção de promover às Escolas Públicas de Ensino Fundamental, recursos diversificados de leitura, essenciais ao desenvolvimento intelectual, emocional e cultural de alunos e professores. O Ministério pretendia através do PNBE apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do Ensino Fundamental e aplicar Programas de incentivo ao hábito de leitura. O principal objetivo era democratizar e disponibilizar o acesso de livros aos alunos de outras séries e da comunidade ao acervo entregue às escolas. (COPES; SAVELI, 2005, p.2).

Somando a essas iniciativas, a junção de esforços entre profissionais da informação e professores, o cenário brasileiro vem modificando e o ensino da

literatura nas unidades de educação passou a trabalhar com escritores contemporâneos e as obras são inseridas no contexto das crianças. Assim, por meio da interação das crianças com as obras surgem iniciativas como: dramatizações, escrita de versões próprias dos textos, editam jornais na escola entre outras iniciativas.

No ano de 2005 foram desenvolvidas aproximadamente cem mil iniciativas dentro do calendário do Ano Ibero-americano da Leitura

o MEC lançou a Campanha “Viva Leitura” com a pretensão de alcançar 8,5 milhões de alunos de 4^a, 5^a e 8^a séries e Educação de Jovens e Adultos, suas famílias e amigos. A Campanha nasceu da intenção do MEC, MinC, UNESCO, OEI, UNDIME, Fundação Santillana em dar continuidade e mobilização ao Pró-leitura nas atividades empreendidas durante o Ano Ibero americano da leitura, em 2005. (MEC, 2007, p.5).

A iniciativa envolveu 21 países da Europa e da Américas, unidos em prol dos mesmos objetivos: homenagear iniciativas de incentivo à leitura em todo o mundo; estimulando, fomentando e reconhecendo das melhores experiências relacionadas à leitura (COPES; SAVELI, 2005).

Atualmente o prêmio se encontra na sétima edição e é considerada a maior premiação individual para fomento a leitura no Brasil, suas últimas seis edições resultaram em um acervo de aproximadamente treze mil trabalhos inscritos, disponíveis no *website* da iniciativa (MARSULO; CARVALHO; CASTRO, 2015).

A partir de 2006 o governo instituiu o plano nacional do livro e da leitura, uma iniciativa que alia ações do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, o plano contém um conjunto de programas e projetos para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no país, com iniciativas do Estado (governos federal, estaduais e municipais) e da Sociedade (setor privado e terceiro setor).

os princípios norteadores do PNLL levam em conta a necessidade de desenvolver a leitura nas casas e nos núcleos familiares. Além disso, no Conselho do PNLL, o MinC tem chamado a atenção para a necessidade de tornar a escola um espaço para a formação de leitores e não, como ocorre muitas vezes, um espaço de desencantamento. A leitura não pode ser uma obrigação, o livro precisa ser apresentado como algo prazeroso, que enriqueça os que se relacionam com ele. (MEC, 2007, p.20).

Assim o PNLL leva essa visão de leitura prazerosa acessível a toda sociedade como seu objetivo central e para que esta política de estado se consolide o plano foi organizado em eixos e linhas de ação para fixar, delinear e sistematizar iniciativas e ações servindo como base para o planejamento e implantação pelos governos e pela sociedade de políticas que tratem das questões de leitura, livro, bibliotecas, literatura e formação de mediadores.

4.3 Avaliação do ciclo de vida do Plano Nacional do Livro e Leitura

Como já apresentado o processo de consolidação de uma política pública pode ser representado em um ciclo, para uma explanação das informações relevantes ao processo não só pelo impacto, mas sobre resultados ou consequências assim nesta etapa iremos avaliar as ações para compreensão das dimensões e implicações do PNLL.

A primeira fase do ciclo de Howlett e Ramesh (1993) focaliza os problemas encontrados na sociedade que necessitam de um olhar mais específico, no caso do PNLL o compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais surgiu das evidências apontadas pelo documento denominado *Declaración de Cochabamba* construída na VII Conferência Iberoamericana de Cultura, na Bolívia, nos dias 2 e 3 de outubro de 2003, onde os Ministros da Latino-América acordam, entre outras convenções, adotar o Plano de Leitura Iberoamericano que tem como uma das finalidades contribuir para a erradicação do analfabetismo e a solicitação à Cúpula Iberoamericana dos chefes de Estado e de governo a instituição do ano de 2005 como Ano Iberoamericano da Leitura, promovendo nos seus 365 dias amplos debates entre a sociedade e principalmente os setores interessados no tema.

Sob a coordenação dos Ministérios da Cultura e da Educação, participaram no Brasil do debate que conduz a desenvolvimento dos encontros preparatórios em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará). Com a finalidade de colher sugestões para o Plano e debater o conhecimento acumulado sobre o assunto integrando novos olhares, participaram toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas

públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, parlamento, igreja e clubes de serviço, entre outros).

A segunda fase do ciclo ocorre quando se assume que algo deve ser feito a respeito do problema identificado, e consiste na agenda: a então chamada agenda do Livro da Leitura e da Literatura. Essa etapa foi definida como algo estratégico para o desenvolvimento do país e passou a compreender programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil. Por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas intrinsecamente alinhados ao PNLL, destacam-se nesse ponto as preocupações dos envolvidos com a implantação, dinamização e manutenção de bibliotecas de acesso público.

Na verdade, são iniciativas que reforçam princípios já defendidos pelo PNLL, tais como o da compreensão da biblioteca como um equipamento cultural que reúna elementos de acessibilidade do espaço físico; a ampliação e a qualificação do acervo; a contratação de mediadores de leitura capacitados; a incorporação à biblioteca de diferentes suportes de texto e novas tecnologias.

A terceira fase se baseia na formulação de alternativas que o governo local aceita como provável solução para os problemas apontados, no âmbito do PNLL a definição dos quatro eixos de ação (PNLL, 2010, p.21), sendo elas:

- Democratização do acesso;
- Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- Valorização da leitura e comunicação;
- Desenvolvimento da economia do livro.

Ao se voltar o olhar aos eixos é possível destacar a flexibilidade de ações que torna possível aos municípios e estados integrem a extensão do livro, leitura e das bibliotecas de acordo com a necessidade de cada local, criando seus próprios “planos”, o que facilita a adesão das metas.

A quarta fase focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema, assim analisa-se que através de editais e iniciativas do governo foram investidos cerca de R\$ 333,7 milhões ao ano nos projetos e programas que integram o Plano Nacional do Livro e Leitura - referente a financeiros, orçamentários, do Fundo Nacional de Cultura,

de renúncia fiscal e de parcerias com outras áreas de governo e instituições não-governamentais (MinC , 2012).

A quinta fase se pauta nos possíveis efeitos que essa política apresenta, através da avaliação de sua eficiência e eficácia, assim em 2010, passados quatro anos da implantação do PNLL houve a segunda edição do Caderno do PNLL onde foram convidados para dar seu depoimento e opinião, em formato de texto, muitos profissionais que no seu cotidiano vivenciam ações em prol da leitura e que contribuíram e representam a todos que escreveram a história e a memória do plano.

Verificando os relatos da segunda edição do caderno destaca-se a fala de Alfredo Manevy, secretário executivo do MinC o qual destaca que o PNLL é um símbolo de mudança na política cultural, pois um dos aspectos importantes é o trabalho realizado em conjunto pelo MinC e MEC para desenvolver uma política de democratização de acesso ao livro e a leitura.

Manevy (2010) sugere a institucionalização do PNLL como forma de avançar nas diretrizes e metas da política de acesso ao livro e leitura, pois “mesmo com todos esses planos de trabalhos traçados em benefício da sociedade, entendemos que há muito a ser feito. Sobretudo quando números apontam que 16,3 milhões de pessoas no Brasil são incapazes de ler e escrever um mero bilhete”. (PNLL, 2010 p.138).

Na avaliação do educador Ezequiel Theodoro da Silva (2010), o PNLL atenuou o panorama da leitura no Brasil e de certa forma cumpriu seu papel, levando em consideração que as dificuldades relacionadas ao enfrentamento desses quesitos não podem ser superadas num par de gestões: serão décadas de trabalho para vencer barreiras e juntar todas as energias em favor de uma sociedade verdadeiramente leitora. (PNLL, 2010).

A seguir podemos visualizar o quadro (quadro 3) com a combinação das fases do ciclo de políticas públicas e as ações do PNLL que nela se encaixam.

Quadro 3: Esquematização da combinação das fases do ciclo de políticas públicas e as ações do PNLL que nela se encaixam

Fases do Ciclo de Políticas públicas de Howlett e Ramesh	Ações no âmbito do PNLL
Fase 1 identificação do problema	<i>Declaración de Cochabamba</i> construída na VII Conferência Iberoamericana de Cultura, na Bolívia, em outubro de 2003, onde os Ministros da latino-américa acordam, entre outras convenções, adotar o Plano de Leitura Iberoamericano que tem como uma de suas finalidades contribuir para a erradicação do analfabetismo; Instituição do ano de 2005 como Ano Iberoamericano da Leitura.
Fase 2 Definição da Agenda	Definição das ações que formam a agenda do Livro da Leitura e da Literatura; Desenvolvimento de programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvida pela sociedade civil. Por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas.
Fase 3 Formulação de Alternativas	Definição dos quatro eixos de ação do PNLL sendo elas: <ul style="list-style-type: none"> • Democratização do acesso; • Fomento à leitura e à formação de mediadores; • Valorização da leitura e comunicação; • Desenvolvimento da economia do livro.
Fase 4 Implementação da Política	Liberação e execução de editais a novos projetos; Definição da base de investimento que separa de cerca de R\$ 333,7 milhões, referente a financeiros, orçamentários, do Fundo Nacional de Cultura, de renúncia fiscal e de parcerias com outras áreas de governo e instituições não governamentais ao ano para os projetos e programas que integram o Plano Nacional do Livro e Leitura.
Fase 5 Avaliação	Segunda edição do Caderno do PNLL

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados encontrados do PNLL.

Os resultados obtidos pela pesquisa e análise do ciclo de vida do plano demonstram que a implantação do PNLL, na opinião dos escritores, bibliotecários, editores, agentes culturais, livreiros, dirigentes públicos, acadêmicos, responsáveis por projetos de leitura e do terceiro setor, alcançou suas metas. No entanto, necessita avançar e priorizar alguns pontos, como por exemplo: institucionalização do PNLL em lei federal e por meio da criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura; instituição de uma política pública clara e permanente de formação de professores

como mediadores de leitura e para a formação de leitores; criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura; criação de Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura; o contínuo os investimentos na modernização das bibliotecas públicas.

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo, em parâmetros objetivos para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas. Neste ponto os profissionais da informação precisam focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Outra questão relevante é que segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel, 2013), o índice de leitura dos brasileiros, o qual apresentou dos períodos de 2007 para a de 2011 teve uma pequena alteração, passou para 4,0 livros lidos por leitor ano no Brasil.

Os dados foram analisados de forma isolada dos demais indicadores acerca do perfil dos leitores que a pesquisa apresenta. No entanto, é possível notar que os demais investimentos realizados pelo PNLL ainda não foram suficientes para mudar o índice de leitura dos brasileiros.

5 Contribuições do profissional da informação ao campo das políticas públicas

Diante do importante e desafiador momento que nos encontramos no cenário das mudanças nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais, inquietou-nos pensar a respeito das extensões das políticas de informação para atender as demandas da sociedade da informação.

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (MIRANDA, 2000).

Para a maioria dos analistas, as mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas só se efetuarão com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas pode-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

5.1 Balanço final das ações do Plano Nacional do Livro e da Leitura no território nacional

Primeiramente destacaremos que em grande maioria as ações implantadas por governos brasileiros, partindo do Instituto Nacional do Livro, visavam beneficiar o setor editorial e a cadeia produtiva do livro e não o desenvolvimento de serviços de bibliotecas, os programas muitas vezes se limitam a disponibilização de obras para a composição dos acervos as instituições citadas, em infrequentes casos se vislumbra a implantação de elementos tecnológicos, meramente resumidos a computadores.

Após a redemocratização na década de 1990, não há nenhuma política específica para o âmbito das bibliotecas, com essa nomenclatura, para que então as políticas ligadas ao livro e leitura às complementem as diretrizes gerais, apenas tangenciam as políticas criadas sem protagonizá-las. Tal fato pode ser vislumbrado desde o Programa Sociedade da Informação, que não elenca as bibliotecas públicas a como instituições prioritárias, e sim como ferramentas de auxílio outras instituições que passam a ser pontos de acesso aos recursos tecnológicos implementados.

Ocorrem, ainda, com menor frequência, projetos que viabilizam a formação de profissionais que atuam nas bibliotecas possibilitando um avanço na execução de serviços e na elaboração de produtos informacionais destas instituições pautando em uma política de desenvolvimento de coleções que abranja as necessidades da sociedade da informação.

O plano visa a criação de espaços de diálogos entre os envolvidos nos segmentos da cadeia produtiva e criativa do livro, leitura, literatura e biblioteca, porém não é somente com a formulação de documentos, decretos que se modificar uma sociedade com o histórico da brasileira em um país de leitores uma vez que ao adotar terminologias levianas deixa brechas na definição de critérios de aplicação dos objetivos dos projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura nele explícitos a fim de formar uma sociedade de leitores , como o podemos visualizar no trecho “[...] quem experimenta o prazer de um livro bem lido, o prazer e o deleite estético de um belo texto, sabe da importância da leitura para a plena realização da nossa humanidade” (FERREIRA, 2010, p. 24), no qual é enfatizado a necessidade de uma boa leitura para o desenvolvimento humano e social, porém em momento algum se especificam orientações para a definição de bons livros , de como se efetuar uma leitura adequada e efetiva, o texto deixa a entender que a mera leitura de qualquer livro ou texto pode resultar nos resultados esperados.

Quanto aos aportes financeiros, atendo-se ao domínio das bibliotecas o texto cita o apoio a implantação de novas unidades e a renovação dos acervos das bibliotecas já existentes, porém convém destacar que o texto elenca conjunto de diretrizes abrangentes orientadores de políticas, programas e ações, sem especificar o governo federal como provedor, possibilitando com que as gestões estaduais e governamentais também criem planos individuais que se consubstanciam ao plano nacional, dos 26 estados, 10, e mais o Distrito Federal, apresentam um Plano Estadual do Livro e da Leitura ou este se apresenta em desenvolvimento, destacamos

que no Maranhão e no Rio de Janeiro o estímulo à leitura está coeso aos planos estaduais de cultura. Entretanto, tal a dispersão dificulta a avaliação unilateral de todos os programas advindos do plano federal, tornando o PNLL em cerne um empreendimento sem uma lista concreta de ações, tornando inábil a iniciativa de uma compilação dos resultados únicos.

Outro ponto importante de destaque jaz na diversidade de diretrizes que o plano visa seguir diante dos quatro eixos apresentados, em suma elencamos como pontos norteadores destes eixos.

1. O desenvolvimento e modernização de bibliotecas públicas de leitura no Eixo 1,
2. A formação de mediadores de leitura no Eixo 2 e
3. O apoio à cadeia produtiva do livro no eixo 4.

Assim podemos observar que as políticas desenvolvidas a partir do plano de incentivo à leitura federal buscam em suma “estruturar”, “manter”, “organizar” ou “modernizadas” bibliotecas e não fundamentá-las como base da formação de cidadãos mais informados, através da formação mais qualificada de agentes humanos; mas uma vez destacamos o caráter paliativo destas ações, quanto a estrutura organizacional e orgânica da instituição biblioteca.

Quanto a especificação dos suportes de leitura, o PNLL é claro

o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2010, p. 63).

Não se faz alusão a outras alternativas de efetivar-se o ato de leitura em outros tipos de suporte, o que traz a ideia de que no país o livro é considerado o veículo por excelência da literatura, em nossa visão desconsiderando o avanço tecnológico e os suportes deste advindo.

Também é passível de observação o fato de que dentre as políticas propostas no período estudado, o ensino superior não é contemplado em nenhuma delas. Se supõem que os universitários ingressam na formação profissional acadêmica com domínio do uso das tecnologias e das fontes informacionais, o que em realidade é

muito dispare, nas universidades a baixa frequência nas bibliotecas reflete em sala de aula onde as leituras fragmentadas não formam os profissionais que o mercado exige.

Assim nos encontramos, embora vivendo em uma sociedade da informação com níveis de acesso a informação abaixo do desejável.

5.2 Função crítica do profissional da informação

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito (SVEIBY, 2000) de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial.

Segundo REMEIKIS (1996), o profissional mediador atua como um “canal” para distribuir conhecimento pelas organizações e tem habilidades específicas de sua área e atendem às diferentes interações das várias áreas desta instituição.

Os profissionais da informação usam diariamente essas habilidades nas suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao afirmar que eles têm a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

Estando inserida nas áreas de conhecimento das humanidades a Ciência da Informação possui vínculos sociais, o que aproxima o contexto político de sua existência, uma vez que as relações sociais são cognominadas por metodologias e atividades políticas que resultam da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade.

A significância de ser cidadão envolve um conjunto de direitos e deveres no conjunto da coletividade, e o direito à informação é considerado nesta sociedade da informação o direito síntese de todos os direitos humanos, na efetivação da cidadania, sem o qual ficam prejudicados a consciência de todos outros direitos a aquisição de direitos políticos, civis, sociais está ligado a saber se informar, pelas fontes corretas atualmente é um fator preponderante na concessão da igualdade social, aspecto que torna necessário a ativação da função crítica dos profissionais do campo da informação.

Atuação crítica significa, considerar as instâncias éticas, moral e social, por meio da valorização de caracteres socialmente responsáveis, a designação de

responsabilidades sociais na Sociedade da informação, ordenam desejo de mudança e o compromisso com o próximo, advindo de uma consciência cidadã, atuar nessa sociedade pautada pelo objeto de trabalho do profissional da informação deve criar impacto tamanho que perante ao coletivo o estereótipo de guardião de livros seja substituído pela função de ponte entre governantes e governados por meio da disseminação informacional.

5.2 O profissional da informação inserido no contexto do ciclo de vida das políticas públicas

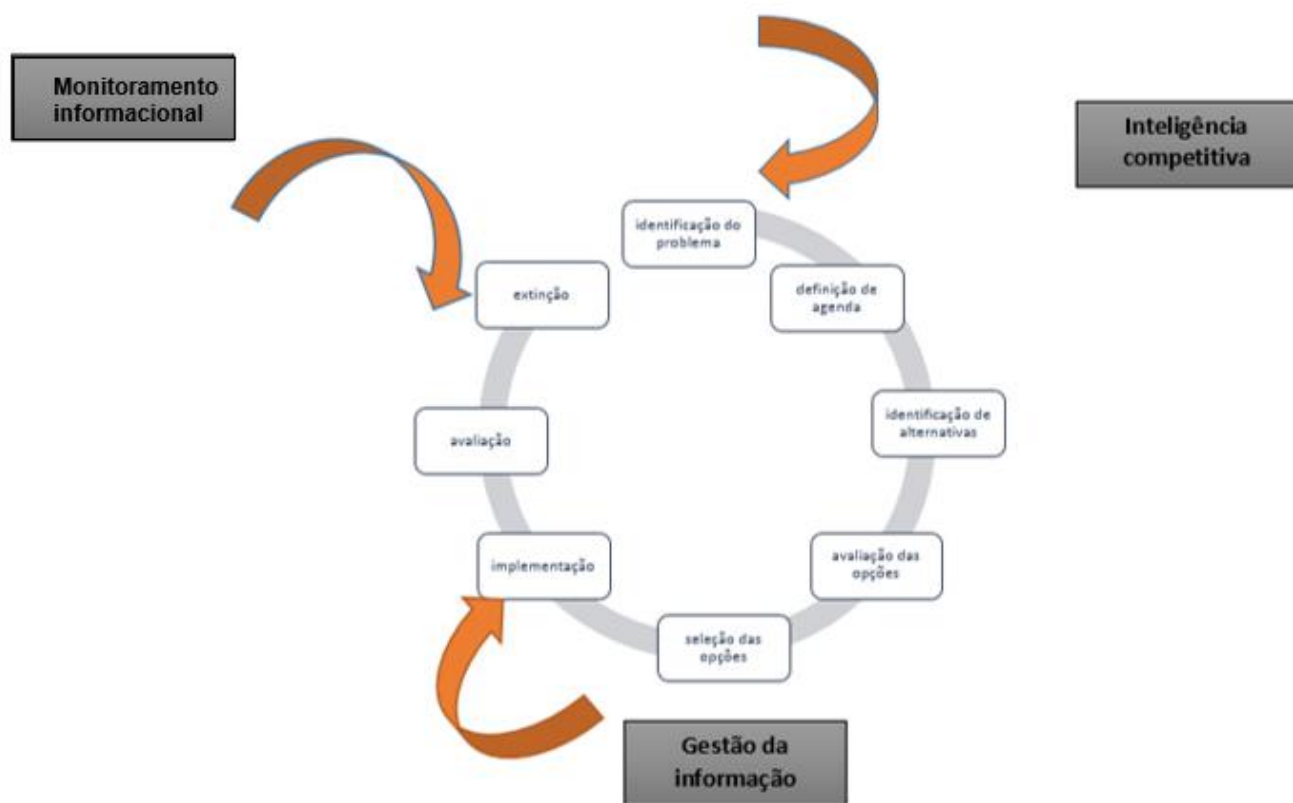
Vários canais institucionais podem ser utilizados para o debate das políticas públicas, desde os Conselhos de Gestão, até espaços autônomos já em funcionamento ou a serem criados em áreas específicas á inserção do profissional da informação, nesse âmbito auxilia a todos os cidadãos o acesso a suportes informacionais, itens bibliográficos e conteúdos e que fomentam articulações e debates.

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas, neste ponto os profissionais da informação precisam, focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Enxergamos nesse projeto a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema (1ª fase) no momento de finalização e implementação desta política (4ª fase) e no processo de avaliação (5ª fase), tais etapas necessitam da mediação entre os agentes formadores das políticas e a população beneficiada por elas.

Figura 7 – Representação da atividade do profissional da informação no ciclo da política pública



Fonte: Adaptação de Howlett e Ramesh, 1993.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais. Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico

tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar realidades sociais através dessa mediação política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer.

Ao entender as políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados o que, porém, nem sempre ocorre, devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Visando que um dos principais desafios no contexto da desigualdade educacional no país está na consolidação das estratégias propostas pelos governos federais, estaduais e municipais. Levar a informação principalmente aos grupos sociais minoritários, que têm restrições tanto ao livro e à leitura, quanto a recursos tecnológicos.

Nesse ponto verificamos que a atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação que permita essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais. Verificando que a principal diferença na atuação do que aqui chamamos de profissional da informação está no desempenho diferenciado das atividades cotidianas ligadas as unidades informacionais, otimizando a recuperação de informação

Ao analisarmos o cenário das políticas públicas voltadas ao livro e leitura conseguimos observar que, nas últimas duas décadas, houve um relevante avanço na aproximação entre governos e sociedade civil, entretanto exaltamos a falta de políticas que considerem a biblioteca e seus recursos humanos de modo central para que então as políticas já criadas de formação de leitores consigam se alocar de maneira efetiva.

Consideramos de grande relevância o papel social do profissional da informação no contexto da sociedade do conhecimento, através dos serviços

oferecidos por este, assim como as novas habilidades e competências exigidas diante do contexto tecnológico condiz com a realidade dos novos espaços de informação convergentes da utilização de fontes digitais, sem deixar de lado o papel do livro, como fundamentador da divulgação cultural, didática e científica.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais.

Podemos considerar também que, a revolução tecnológica e a explosão da informacional gerou significativas modificações sociais e culturais, os quais exigindo essa uma nova postura, não somente de novos profissionais, aqueles que acabaram de deixar as cadeiras da universidade, mas que também profissionais experientes conduzam suas atitudes baseado além dos preceitos éticos e moral. Percebemos ainda, que, nas habilidades e competências que a sociedade vem exigindo, criando um processo de benefício mútuo. Para tanto, vemos a necessidade destes profissionais em ampliar seu senso crítico sobre a política de informação e tecnologia, principalmente no que se refere à questão da transferência e mediação da informação. Além disso, os profissionais da área devem combinar sua experiência na linha de frente da prática com a perspectiva teórica dos estudiosos para a formulação conjunta de uma economia política mais inclusiva, e participar mais ativamente no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais.

O imperativo tecnológico que vem expondo o desenvolvimento e aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação vindos de dentro e de fora da Ciência da Informação, tornando como o ponto crucial do manejo da informação, a responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

As mudanças sociais associadas às tecnologias mostram que as relações profissionais estão sujeitas a mudanças viscerais e todas elas afetam a questão

comportamental do indivíduo. Percebe-se que já não há limites entre a esfera pública e o espaço privado.

Uma atuação consciente se faz valer pelo princípio de fornecer informação correta e fazer uso da disseminação da informação, o requisito de o profissional ter cultura geral sólida para saber dar a cada usuário a informação desejada, atender a todos com imparcialidade, respeitando a pessoa humana.

Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar a realidade social através dessa mediação política.

Em um contexto pessoal, o desenvolvimento desta pesquisa se fez no da visão crítica de cidadania, em um país democrático entender os processos de formação de políticas públicas me fez pensar mais a respeito do meu papel de cidadã este que será refletido quando atuar na posição de profissional da informação. Assim as principais dificuldades encontradas estiveram sempre unidas à procura de informações referentes às fases finais das políticas, muitas vezes não é possível dimensionar o impacto das ações promovidas pelo governo brasileiro.

Para a ciência da informação acredito que a contribuição vem do olhar do profissional de maneira diferente, focando sempre na transdisciplinariedade do mesmo, procurando levar a mensagem que é possível ir além das unidades de informação e fazer com que as mais diversas comunidades se integrem ao todo por meio da informação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003. 289p.
- ALMEIDA, M. R.; REBELATO, D. A. N. O inventário dos modelos de avaliação para políticas públicas.EESC/USP . 2006
- AMARAL, S. A. (1995) Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.2
- ARENDT, Hannah. **A dignidade política**. 10^o ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- ARIENZO, M.A.D. PNLL: o caminho para tornar o brasil um País de leitores anais: **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.
- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 29, n. 2, p. 07-15, Aug. 2000 .
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Globo; Rio de janeiro , 2008 BRASIL. Caderno do PNLL: edição revista e atualizada em 2014. 2014. Disponível em:<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/caderno+PNLL.doc/5417100f-3eb8-454f-9938-1ca32e159a84>>. Acesso em: 5 ago. 2015.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório Anual**. 2006. Washington, Ed. BID.
- BARCELOS, M. **A formação da área de análise de políticas públicas**: Do modelo “racionalcompreensivo” às abordagens “sintéticas” do processo da política pública. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v.26, n. 01, jan/abr. 2013, p. 145-162.
- BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003
- BELLONI, Isaura: *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo, Cortez, 2000
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 16, n. 4, p. 29-41, Dec. 2011 .
- BOBBIO , N. **Teoría general del derecho**. Madrid: Debate, 1993
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 50, op. Cit. Kelsen, Hans. *Teoria General del Estado*, p. 34.
- BORKO, H. Information Science: What is it?. **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <http://aprender.unb.br/course/view.php?id=3530> Acesso em 20 jul. 2015

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Requerimento de Audiência Pública nº 30/2015**. 2015. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1318447&filename=TramitacaoPL+1321/2011>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.321**, de 2011 (e Projeto de Lei nº 1.529, de 2011, apensado). 2013. Disponível em:<<http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2013/04/PL-1.321-de-2011.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de lei do Senado nº 294**, de 2005. 2005. Disponível em<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/75081>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNNL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 63-67.

BRASIL. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): **leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras** / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRIET, S. Qu'est-ce que la documentation? Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BRUNACCI, M.P O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Organizadora). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUSH, V. **As we may think**. Atlantic Monthly, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em<<http://totalrecallbook.com/storage/As%20We%20May%20Think%20Vannevar%20Bush%20450910.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2014.

CASTELLS, M. La galaxia Internet. Barcelona: Cultura Libre, 2001.

_____. A sociedade em rede. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CAMPELO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p.28-37, set./dez.2003.

CARVALHO, A.M.G. Apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia Ciências, Marília, 2010, 169 f

CARVALHO, M. L.; BARBOSA, T. R. C. G.; SOARES, J. B. Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. In: **COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUL**, X, 2010, Mar del Plata, Disponível em: Acesso em: 14 abr.2016

COBB, R. e ELDER, C. **Participation in American politics**: The dynamics of agenda - building (2nd ed.). Baltimore. MD: The Johns Hopkins University Press. 1983.

COPEL, R. J.; SAVELI, E. Programas, Projetos e Campanhas de Incentivo à Leitura: uma visão histórica. **Arquivos do 15º Congresso de Leitura do Brasil (COLE)**, on-line, Campinas, 2005.

CUNHA, M. B. da. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada. Ci. Inf., Brasília, v.26, n.2, maio/ago. 1997.

D'ASCENZI, L. **Cultura e mudança em organizações**: análise etnográfica e dialógica da reestruturação promovida pelo Método da Roda nos centros de saúde de Campinas/SP. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. 2006

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro:

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L.. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DE CICCIO, C e , GONZAGA , A. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

DULTRA, E de Oliveira. **Crítica de Marx à teoria hegeliana do estado**: uma leitura da obra. Disponível em:
<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/eliudedutra.pdf>

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramaZero** – Revista de Informação, v. 12, n.5, out/2011. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out11/F_I_art.htm>. Acesso em: 05 out. 2014.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall.1984.

EASTON, D.. The Political System. New York: Knopf. 1953

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

ELSTER, J. **Logic and society**: contradictions and possible worlds. Nova York: John Wiley & Sons, 1978

FARIA, C A P. "Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes", **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 18 (51): 21-30. 2003.

FERREIRA, A.B. de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2009. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FIGUEIREDO, N. Paul Otlet e o centenário da FID. In: ORGANIZAÇÃO do conhecimento e sistemas de classificação. Brasília: IBICT, 1996.

FORUM DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2, 2011, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Faculdade de Educação UFJF, 2011.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. (2001), “Subsídios para organizar avaliações da ação governamental”. Planejamento e Políticas Públicas, 23.

GIULIANI, M. Policy termination. In: CAPANO, G, & GIULIANI, M. **Dizionario di Politiche Pubbliche**. pp. 290-291. Roma: Carocci. 2005

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a, Volume 1.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b, Volume 2.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed. 2003, Volume 2.

_____. *The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press, 1984.

HAM, C.; HILL, M. The policy process in the modern capitalist state. Londres, RU: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Paulo Meneses et. al. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

HEIDEMANN, F. G. . Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40

HELLER, Hermann. **Teoria do Estado**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1968. Título original : Staatslehre.

HOBBS, T. **Leviatã**. Coleção Os Pensadores. Tradução de João Paulo

HOFFERBERT, R.I. “The Relation Between Public Policy and Some Structural and Environmental Variables in the American States,” American Political Science Review, 60: 72–82. 1966.

HOFLING, E. M. State and social (public) policies. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. HÖFLING, Eloísa de Mattos. Notas para discussão quanto à implantação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Educação Social, Campinas, v. 21, n. 70, abr. 2000.

HOLANDA, A. B. e SILVA, F. M. **Memória e esquecimento para além dos suportes materiais de registro da informação: a cibercultura no ciberespaço**. DataGramZero – Revista de Informação. v.13, n.5, out, 2012.

HOWLETT, M. and M. RAMESH. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. Toronto, Oxford University Press.

IFLA/UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, 232p.

KEYNES, J.M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little, Brown. 1984.

LASKI, H. J., **O manifesto comunista de 1848**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books. 1936/1958.

LENZI, L. A. F.; BRAMBILA, E. Z. Ciência da Informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões. Inf. Inf., Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.

LEVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editoria 34, 2010.

_____.A inteligência coletiva. São Paulo: Edições Loyola, 1998

_____. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 1993, São Paulo: Editora 34.

LIMA JR. W. T. Jornalismo Inteligente na era do data mining. Publicado na Revista do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero, ano IX – no.18, p. 121-126, 2011.

LINDBLOM, C. E. "The Science of Muddling Through". **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986

LISBÔA, E. S.; BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P.(2009). Avaliação de Aprendizagens em Ambientes Online: O Contributo das Tecnologias Web 2.0. Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação Challenges 2009 / Desafios 2009. Braga: Universidade do Minho. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9425/1/ao_049.pdf

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOSEKANN, C. **A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no Governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS (Tese de Doutorado), 2009.

LOPES, André Luiz. Noções de Teoria d Estado. Belo Horizonte. 2013

LOWI, T. "American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory", **World Politics**, 16: 677-715. 1964

_____. **Four systems of policy, politics, and choice**. Public Administration Review, 32(4), 298-310. 1972

MAYER-SCHÖNBERGER, V. The demise of forgetting – and its drivers. In: **Delete: the virtue of forgetting in the digital age**. Princeton: Princeton University Press, 2009. pp. 50-91

MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARSULO, T.G. ; CARVALHO, A.M.G de , CASTRO FILHO, C.M. Políticas públicas de leitura no Brasil: uma análise da mediação do profissional da informação no ciclo de vida de criação do plano nacional do livro e da leitura. Anais: II Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (II EPIM): anais. Marília: Linha de Pesquisa "Gestão, Mediação e Uso da Informação"; Londrina: Grupo de Pesquisa "Interfaces: Informação e Conhecimento", 2015

MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, W. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. [Edited by W. Terrence Gordon – Critical Ed.] Berkeley, CA: Gingko Press, 2011. pp. 62-70; 84-90, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano nacional do livro e leitura. Brasília: MEC, MinC, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. MEC inaugura novos programas de incentivo à leitura. Disponível em:
http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/livroaberto/fome_de_livro/index.php?p

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
Monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil e América Latina: apontamentos conceituais, considerações metodológicas e reflexões sobre as práticas; Jeni Vaitsman (orgs.). Brasília, DF: MDS; SAGI, 2013.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, Aug. 2000

MONTEIRO, M. NIZZA, B. S da. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, v.35, n.3, p.115-123, 2006 .Disponível em: http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_02.htm. Acesso em: 20 nov. 2014.

NASCIMENTO, A.C.G do. Imagem do profissional de biblioteconomia perante a população da região metropolitana de Recife. 2009. 82 fl. (Bacharel em Biblioteconomia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, M. M. Reflexões acerca do espaço público em Hannah Arendt. *Revista Ética & Filosofia Política*, v. 8, n. 1, jun. 2005.

OLIVEIRA, S. M. O impacto do macro-ambiente na estrutura organizacional de bibliotecas universitárias. **Información, Cultura Y Sociedad**, Buenos Aires, n.8, 2003, p.39-67. Disponível em: < <http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n8/n8a03.pdf>>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2016.

PAIVA, M, A, M de; ANDRADE, M,E,A. Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 19, n. spe, p. 95-114, Dec. 2014 .

PARISER, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. New York, NY: Penguin Press.

PARSONS, Wayne. *Public policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis*. Cheltenham: Edward Elger Publ., 2001.

PETERS,B.G. **American Public Policy**. Chatham: Chatham House, 1986

PINTO, M. M. G. A. A Formação de Arquivistas no Quadro da Ciência da Informação: o caso da Universidade do Porto. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 9, [200-] Porto. Anais eletrônicos... Porto: Universidade do Porto, [200-]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3089.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016

PLANO Nacional do Livro e Leitura. Publicação do Caderno do PNLL. Edição Atualizada 2010. Supervisão Geral de José Castilho Marques Neto e Coordenação Executiva de Luciana do Vale. Brasília, DF, 2010.

RAJAGOPALAN. J.S., RAJAN, T.N. Use of information in science and research with emphasis on national development some Indian experiences. **International Forum on Information and Documentation**, v.9, n.3,p.3-9,1984.

RECUERO , R. Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs. Trabalho apresentado no **GT de Tecnologias Informacionais da Comunicação da Compós**. Niterói, RJ, 2005.

REMEIKIS, Lois A. Knowledge management – roles for information professionals. **Business & Finance Division Bulletin**, Chicago, n. 101, p. 41-43, winter 1996.

RESENDE, M.H.S. Um histórico documental com abordagem qualitativa. In:

REY, L. A. P. Decisão de políticas públicas e as visões contemporâneas da democracia. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4157, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/34022>>. Acesso em: 20 out. 2015

ROBREDO, Jaime. Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, C. **Estado de Natureza** - Do conceito de Hobbes ao de Locke: um debate de idéias disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra27/natureza.htm> .

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 2007.

RUA, M. G ; ROMANINI, R. **Pra Aprender Políticas Públicas**: conceitos e teorias. Brasília: Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas, 2013.

SANTOS, J.M. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SANTOS, R. S. ; et al . Compreendendo a Natureza das Políticas do Estado Capitalista. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 41, p. 819-834, 2007.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e interdisciplinaridade : o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Ed., 1998.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996.

SARAVIA, Enrique, FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas, Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

SEBASTIÁN, C.M.; FLORES, N J. T. (Org.). *La información en la posmodernidad: la sociedad del conocimiento en España e Iberoamerica*. Madrid: Editorial universitaria Ramón Areces, 2004. Cap. 11, p. 129-141.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 15, n. 6, p. 1194, dic. 2010 .

_____. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034m76122009000200004&script=sci_arttext

_____, Criatividade como alternativa para implementar as políticas públicas nos museus, **Políticas Culturais em Revista**, 2(6), p. 149-164, 2013

SHERA, J. Sociological foundations of librarianship. New York: Asia Publishing House, 1970.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010

SILVA, B.L.M. da; MORAIS, E.M.da C. A constituição de acervos de literatura infantil para bibliotecas escolares: a escola como mercado e as escolhas editoriais. Caxambu: Anped, 2007

SILVA, E, T. Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). PNLL: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. SILVA, R.G.A . Estado e sociedade civil em Hegel. **Revista Helius**, Ano 1 n. 1 Jul-Dez 2013 p. 52-64

SILVA, R. P. da. A interdisciplinaridade e os aspectos conceituais e de representação: análise da área multidisciplinar da tabela de áreas do conhecimento em uso pela CAPES. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em ciência da informação IBICT-UFF. Rio de Janeiro, 2007.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2ª edição. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. (SNEL) Debatedores demonstram preocupação com crise do mercado editorial brasileiro, 2013 . Disponível em: <http://www.snel.org.br/debatedores-demonstram-preocupacao-com-crise-do-mercado-editorial-brasileiro/>

SOUZA, C. M. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 2006 v.16, p.20 a 45.

_____. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SVEIBY, K. E. Métodos para avaliar ativos intangíveis. **Revista Unifae**, v7, n.2 Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_01.pdf . Acesso em: 20 jul. 2015.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.3, n.5, out. 2002.

TARGINO. Quem é o profissional da informação. In: **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

TAYLOR, C. **Multiculturalism and “The Politics of Recognition”**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

TEIXEIRA, E. C. Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002. Disponível em <http://www.aatr.org.br/papelpp.pdf>; Acesso em 22 de Novembro de 2014.

VALENTIM, M. L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____ (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. cap. 6, p.117-132.

WEBER, M. (organizado por Gabriel Cohn). **Metodologia das Ciências Sociais** (Parte 1) São Paulo: Ática. 1986.

WERSIG, G.; NEVELING, U. **Os fenômenos de interesse para a ciência da informação**, 1975. Tradução do inglês por Tarcísio Zandonade. Disponível em: <http://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015

ZINS, Chaim. (2011). Redefinindo a ciência da informação: da “ciência da informação” para a “ciência do conhecimento”. *Inf. & Soc., Est.*, 21(3), 155-167.